

**PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
EDITAL Nº 071/PMJ/2026**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jaru
Superintendência de Licitações e Contratos

OBJETO:

Registro de preços visando a futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO, COMPREENDENDO O DIAGNÓSTICO, A EXECUÇÃO DOS REPAROS NECESSÁRIOS, FORNECIMENTO E A SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES E ACESSÓRIOS DEFEITUOSOS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 1.551.451,46 (um milhão, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/06/2026 às 09h10min. (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por Lote.

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

(x) Sim / () Não

EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

() Sim / (X) Não

EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

() Sim / (X) Não

LOCAL DA DISPUTA

Site: www.licitanet.com.br

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III – Ata de Registro de Preço;

ANEXO IV – Termo de Compromisso;

ANEXO V – Modelo de declaração para ME e EPP;

ANEXO VI - Modelo de Declaração Negativa de Relação Familiar ou Parentesco; e

ANEXO VII – Minuta de Contrato;

Sumário

1. DO OBJETO.....	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	
6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE.....	
7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA.....	
8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA.....	
9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	
10. DO PAGAMENTO	
11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS.....	
12. DA FASE DE JULGAMENTO.....	
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	
14. DOS RECURSOS.....	
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	
16. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
18. DO FORO.....	

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/PMJ/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2647/PMJ/2026
MENOR PREÇO POR LOTE****PREÂMBULO**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de **JARU/RO**, através do (a) Pregoeiro (a), designado pela Portaria nº 317, de 18 de setembro de 2025, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, por meio do setor de Superintendência de Licitações e Contratos, sediado na Rua Raimundo Cantanhede, nº 1080 setor 02, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, formalizando em **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS:	Dia 08/06/2026, com início às 09h00min.
FIM DO CADASTRO DE PROPOSTAS:	Às 08h59min, do dia 22/06/2026.
ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS:	Dia 22/06/2026, com início às 09h00min.
INÍCIO DO PREGÃO:	Dia 22/06/2026, com início às 09h10min. (Horário de Brasília)

1. DO OBJETO

1.1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços visando a futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO, COMPREENDENDO O DIAGNÓSTICO, A EXECUÇÃO DOS REPAROS NECESSÁRIOS, FORNECIMENTO E A SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES E ACESSÓRIOS DEFEITUOSOS**, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.2. A licitação será realizada por **único LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

TABELA DE PREÇOS MÉDIOS:

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO compreendendo o diagnóstico, a execução dos reparos necessários, o fornecimento e a substituição de componentes e acessórios defeituosos, visando restabelecer plenamente a funcionalidade, a segurança e as condições operacionais originais dos elementos fixos e móveis. SERVIÇO A SER REALIZADO NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE JARU.	1.567	SVC	615,57	964.598,19
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO compreendendo o diagnóstico, a execução dos reparos necessários, o fornecimento e a substituição de componentes e acessórios defeituosos, visando restabelecer plenamente a funcionalidade, a segurança e as condições operacionais originais dos elementos fixos e móveis. SERVIÇO A SER REALIZADO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE	249	SVC	720,67	179.446,83

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vir. Unit.	Vir. Total
	JARU.				
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO compreendendo o diagnóstico, a execução dos reparos necessários, o fornecimento e a substituição de componentes e acessórios defeituosos, visando restabelecer plenamente a funcionalidade, a segurança e as condições operacionais originais dos elementos fixos e móveis. SERVIÇO A SER REALIZADO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE JARU, SENDO NO DISTRITO DE TARILANDIA E SUBDISTRITO DE JARU UARU.	211	SVC	778,04	164.166,44
4	Fornecimento de peças, componentes e acessórios de reposição (ferragens, fechaduras, trincos, puxadores, dobradiças, pivôs, roldanas, trilhos, perfis de borracha, gaxetas, selantes e correlatos) necessários à execução dos serviços do lote, em estrita compatibilidade com os sistemas existentes nas unidades escolares.	243.240	UN	1,00	243.240,00
Valor Total: R\$ 1.551.451,46 (um milhão, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos)					

1.1.3. Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

1.1.4. Nota Operacional de Julgamento (Item 04): O critério de julgamento do lote será o MENOR PREÇO GLOBAL. Para o Item 04, o valor de referência é fixado linearmente em R\$ 1,00 por unidade monetária, totalizando R\$ 243.240,00, servindo como teto orçamentário e banco de créditos para materiais. Na etapa de lances do Pregão Eletrônico, a redução global ofertada pelas licitantes incidirá de forma percentual e linear também sobre o Item 04, convertendo-se no desconto real que a contratada obriga-se a conceder sobre os orçamentos de peças apresentados durante a execução da Ata.

1.1.5. ESTIMATIVAS DO VALOR E MODELAGEM DAS PEÇAS

1.1.5.1. O custo total global estimado para o período de 12 (doze) meses é de **R\$ 1.551.451,46** (um milhão, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos), obtido por meio de ampla pesquisa de mercado.

1.1.5.2. A composição do Valor Global da contratação dar-se-á pela soma segregada dos blocos de Mão de Obra e do Banco de Peças, conforme discriminação individualizada a seguir:

A) SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA (Itens 01, 02 e 03): R\$ 1.308.211,46

Item 01 (Zona Urbana): 1.567 serviços × R\$ 615,57 = R\$ 964.598,19

Item 02 (Zona Rural): 249 serviços × R\$ 720,67 = R\$ 179.446,83

Item 03 (Distritos): 211 serviços × R\$ 778,04 = R\$ 164.166,44

B) FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS (Item 04): R\$ 243.240,00

Fórmula: Total de Serviços Estimados (2.027 SVC) × Custo Médio Material por Evento (R\$ 120,00) = R\$ 243.240,00

Valor global = Mão de Obra (A) + Banco de peças (B)

1.1.5.3. O percentual de desconto obtido na fase de lances do Pregão Eletrônico sobre o lote incidirá linearmente sobre o valor de referência das peças (Item 04), garantindo a modicidade dos preços e a total cobertura orçamentária prévia.

1.1.6. DA INCLUSÃO E MODELAGEM DE PEÇAS E COMPONENTES

1.1.6.1. A execução do objeto compreende tanto a prestação dos serviços de mão de obra técnica (Itens 01, 02 e 03) quanto o fornecimento integral de peças, componentes e acessórios necessários ao restabelecimento da funcionalidade das portas e janelas de vidro, sendo estes de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

1.1.6.2. O valor total destinado ao fornecimento de peças fica formalmente integrado ao Lote Único sob a denominação de **Item 04**, limitado ao valor estimado global de **R\$ 243.240,00** (duzentos e quarenta e três mil e duzentos e quarenta reais), servindo como teto orçamentário e banco de créditos contratuais para o período de vigência da Ata.

1.1.6.3. A opção pela inclusão do fornecimento das peças diretamente no escopo do lote único adjudicado justifica-se pela necessidade de garantir a responsabilidade técnica integral sobre o serviço. A separação entre licitação de mão de obra e peças geraria riscos de incompatibilidade técnica e fragmentação da garantia, prejudicando a celeridade das manutenções corretivas.

1.1.6.4. Após a conclusão dos serviços previstos na primeira etapa (mão de obra básica) e a consequente elaboração do diagnóstico técnico, a CONTRATADA apresentará à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SEMED orçamento detalhado e discriminado contendo a relação completa de todos os componentes necessários para a execução da segunda etapa.

1.1.6.5. A aprovação do orçamento pela SEMED fica condicionada à aplicação do **percentual de desconto linear adjudicado pela licitante vencedora no Pregão Eletrônico** sobre os valores brutos das peças praticados no mercado, convertendo-se no preço líquido final de faturamento do Item 04.

1.1.6.6. A utilização do saldo do Item 04 ocorrerá exclusivamente por demanda, mediante prévio diagnóstico técnico na unidade escolar afetada, sendo os valores das peças balizados pelos preços de mercado vigentes e mitigados pelo percentual de desconto obtido no certame licitatório. Somente após a validação do orçamento com o desconto contratual aplicado, a SEMED emitirá a Ordem de Serviço/Empenho vinculada ao saldo do Item 04, autorizando o início da execução. Caso os valores apresentados diverjam das tabelas de mercado ou omitam o desconto licitado, o orçamento será devolvido para revisão, permanecendo o prazo de execução suspenso até a regularização.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sítio Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. No(s) lote(s) em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3º, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.6. Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2. e 2.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.8.2. e 2.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.8.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual

de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.2. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade das declarações exigidas no edital, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do **LOTE**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Quanto as quantidades elencadas: não há possibilidade no ato do cadastro da proposta, de oferecer um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se aos limites dela.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1%*.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.
- 5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13.1. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.2. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.22.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22.6. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos;

6.1.2. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

6.1.3. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidos por força de lei, ligados ao cumprimento da presente licitação;

6.1.4. Orientar tecnicamente os responsáveis pela execução dos serviços, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

6.1.5. Atender prontamente às solicitações do contratante acerca dos serviços contratados e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

6.1.6. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;

6.1.7. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive tributos e quaisquer outras que forem devidas;

6.1.8. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

6.1.9. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

6.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

6.1.11. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

6.1.12. Indicar e-mail e número de Whatsapp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.

6.1.13. Responsabilizar-se pelo fornecimento da prestação de serviço da licitação, atendendo os requisitos e observando às normas constantes do Edital;

6.1.14. Cumprir os prazos estipulados na Ata de Registro de Preços e as especificações da prestação de serviço da licitação;

6.1.15. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, a prestação de serviço da Ata de Registro de Preços, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e da garantia;

6.1.16. Realizar a prestação de serviço dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade da prestação de serviço fornecida, segundo as exigências legais;

6.1.17. Responsabilizar-se pelos eventuais prejuízos causados ao município de Jaru ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

6.1.18. Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento da prestação de serviço;

6.1.19. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento da prestação de serviço, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE;

6.1.20. Sujeita-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela execução de qualquer serviço;

6.1.21. Indicar, formalmente, preposto, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, aceito pela Secretaria solicitante, para representar a licitante vencedora, sempre que for necessário, o qual tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos da Ata de Registro de Preços;

6.1.22. A Empresa deverá assumir todas as despesas relativas à execução dos serviços na área de pessoal e quaisquer outras oriundas, ficando ainda para todos os efeitos legais, declarados pelo contratado a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

6.1.23. Apresentar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes às prestações de serviços da contratação das Secretarias solicitantes;

6.1.24. Fica PROIBIDO a terceirização, locação e sublocação ou subcontratação dos serviços.

6.1.25. A CONTRATADA é obrigada a cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições deste Termo de Referência, de forma a garantir a qualidade dos serviços a serem executados.

6.1.26. A CONTRATADA é obrigada a assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas à prestação dos serviços e de seus empregados.

6.2. DA CONTRATANTE:

6.2.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos serviços;

- 6.2.2. Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada da Ata de Registro de Preços;
- 6.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços a ser firmada;
- 6.2.4. Comunicar imediatamente ao Fornecedor Registrado quaisquer irregularidades no serviço executado para que seja providenciada a regularização no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas do recebimento da comunicação;
- 6.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;
- 6.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 6.2.7. Aplicar à Contratada as penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, quando for o caso.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. DO PRAZO

7.1.1. O prazo total para a conclusão integral do serviço é contado a partir do envio da ordem de serviço e compreende duas fases distintas, conforme o fluxo abaixo:

7.1.2. Prazo de Execução (1ª etapa): Até 5 dias úteis para a realização completa da primeira etapa (serviços de mão de obra básica listados na Forma de Execução), incluindo o Diagnóstico Técnico Final.

7.1.3. Prazo para Elaboração de Orçamento: Em até 2 (dois) dias úteis após a conclusão da Fase 1, será elaborado e enviado ao responsável pela SEMED um orçamento detalhado contendo a relação de peças e acessórios necessários (conforme Etapa 2 da Forma de Execução), com valores discriminados.

7.1.4. Prazo para Aprovação pela SEMED: A contar do recebimento do orçamento pela SEMED, fica estabelecido um prazo de até 5 (cinco) dias úteis para análise, eventuais questionamentos e aprovação formal (ou emissão de autorização de serviço/empenho).

7.1.5. Observação para a 1ª etapa: A liberação para início da Fase 2 está condicionada à aprovação formal e por escrito do orçamento pela SEMED.

7.1.6. Prazo para Aquisição/Disponibilização de Peças (2ª etapa): Até 5 (cinco) dias úteis após a aprovação formal do orçamento pela SEMED, todas as peças e componentes aprovados deverão ser disponibilizados no local para a execução.

7.1.7. Prazo de Execução (substituição de peças): Até 2 (dois) dias úteis após a disponibilização das peças no local, serão executados todos os serviços de substituição e reparos complementares descritos na Etapa 2 da Forma de Execução.

7.2. PRAZO TOTAL ESTIMADO (abrangendo ambas as etapas):

7.2.1. O prazo máximo estimado para a conclusão total do serviço, considerando a sequência acima sem intercorrências, é de aproximadamente **19 (dezenove) dias úteis**, distribuídos da seguinte forma:

- Etapa 1 (Diagnóstico à Aprovação): **Até 12 dias úteis (5 execução + 2 orçamento + 5 análise e aprovação).**
- Etapa 2 (Peças à Finalização): **Até 7 dias úteis (5 aquisição + 2 execução).**

7.2.2. Os prazos estabelecidos anteriormente poderão ser prorrogados por uma única vez, a pedido da CONTRATADA, desde que atendidas cumulativamente as seguintes condições:

7.2.3. A solicitação de prorrogação seja formalizada por escrito à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 02 dias à data do vencimento do prazo em curso.

7.2.4. A solicitação seja acompanhada de justificativa técnica ou administrativa circunstanciada e devidamente comprovada que impossibilite o cumprimento do prazo original (ex.: atraso justificado de fornecedor para componente especial, necessidade de fabricação sob medida, impedimento de força maior).

7.2.5. A prorrogação seja expressamente aceita e autorizada por escrito pela CONTRATANTE.

7.2.6. A nova data estabelecida será considerada como prazo final vinculante para a etapa em questão.

7.3. FORMA DE ENTREGA

- 7.3.1. A entrega do serviço se dá mediante a conclusão integral das etapas acordadas, caracterizada por:
- 7.3.2. Execução completa dos serviços constantes do diagnóstico e orçamento aprovado.
- 7.3.3. Remoção de todos os resíduos e limpeza final da área de trabalho.
- 7.3.4. Emissão e entrega da nota fiscal do serviço executado e, quando aplicável, das peças fornecidas.
- 7.3.5. O serviço é considerado entregue e finalizado com a conferência e aceitação formal pela CONTRATADA.

7.4. DOS ENDEREÇOS

- 7.4.1. Segue todos os endereços nos quais poderão ser solicitados os serviços.

ZONA URBANA

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Aldemir Lima Cantanhede	Rua Mamoré, 1502, Setor 01-A, Jaru-RO;
Abrão Rocha	Rua Marechal Rondon, 2258, Setor 04, Jaru/RO.
Professora Beatriz Mireya	Rua Osvaldo Cruz, 2675, setor 04, Jaru-RO
Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;
Maria de Lourdes e Silva	Rua Raimundo Barreto, 863, Setor 07, Jaru-RO;
Menézio De Victor	Rua Jean C. Muniz, 4029, Jardim dos Estados
Professora Elza Maria Fabris	Rua Ailton Sena, s/nº, Jardim dos Estados
Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08, Jaru/RO
Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1253, setor 02, Jaru/RO
Professora Zenir Carvalho	Rua Goiás, 840, Setor 07, Jaru-RO;
Tânia Barreto	Rio Grande do Norte, nº 2552 Setor 01, Jaru/RO
Gabriel Balmant Neves	Rua Onofre de Oliveira, Setor 06, Jaru/RO
Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Sergipe, Quadra 10 Lote 04 Bloco C, Setor 02, Jaru/RO
Escola Primavera	Rua Magnolia 2536, quadra 4 lote 01 Residencial Primavera, Setor 8, Jaru/RO.

ZONA RURAL

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Centro Educacional Bom Jesus	Linha 610, Km 40, Distrito de Bom Jesus, Jaru- Ro
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438, Linha 619, KM 01, Jaru/RO
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO

DISTRITO DE TARILÂNDIA E JARU UARU

ESCOLAS	ENDEREÇOS
D' - Uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru-Uaru
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilândia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)

Distancia das Unidades Escolares da Zona Rural, Distrito de Tarilandia e Jaru Uaru.

Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
Centro Educacional Bom Jesus	Linha 610, Km 40, Distrito de Bom Jesus, Jaru- Ro	34,8 km (40 minutos)
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438, Linha 619, KM 01, Jaru/RO	14 km (18 minutos)
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO	30,4 km (45 minutos)
D'-uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru-Uaru	104 km (1h e 45 minutos)

José De Sousa E Silva

Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilandia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)

71,8 km (1h e 4 minutos)

7.5. DO RECEBIMENTO

7.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de até 10 dias úteis**, pelo servidor responsável, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.3. Para efeito de recebimento provisório, os servidor responsável irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto.

7.5.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5.6. Os serviços serão recebidos definitivamente, pela comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, mediante Termo de Recebimento, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, que deverá ser de **até 08 (oito) dias após o atesto do recebimento provisório**.

7.5.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.5.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.6. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.6.1. O material fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação esta perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

7.6.2. Os serviços deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

7.7. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO

7.7.1. Etapa De Serviços Inclusos (1ª Etapa)

7.7.1.1. Esta fase abrange todos os serviços necessários para restabelecer o funcionamento ideal do produto, sem custos adicionais de mão de obra, e inclui, mas não se limita a:

7.7.1.2. Ajustes e Regulagem de Precisão: Nivelamento de portas de vidro, regulagem de molas hidráulicas (piso ou aérea), ajuste de braços de maxim-ar, se for o caso e alinhamento de folhas de correr para garantir fechamento perfeito.

7.7.1.3. Lubrificação Técnica: Aplicação de lubrificantes adequados e técnicos em roldanas, trincos, fechaduras e dobradiças para eliminação de ruídos, travamentos e garantia de suavidade na movimentação.

7.7.1.4. Limpeza Técnica de Trilhos e Perfis: Remoção profunda de sujeira, poeira, detritos e oxidação nos trilhos superiores e inferiores, essenciais para o deslize de portas e janelas de correr.

7.7.1.5. Reaperto e Fixação: Reaperto de parafusos, pivôs, ferragens e conexões estruturais em alumínio/inox para garantir a fixação segura do vidro.

7.7.1.6. Verificação e Ajuste de Vedações: Inspeção e reposicionamento de borrachas ou escovinhas de vedação existentes (sem substituição de material novo nesta etapa) para vedar infiltrações de água e ruídos.

7.7.1.7. Ajuste Fino Estrutural: Correção de folgas, alinhamento da folha em relação ao marco, regulagem da pressão de fechamento e correção de desnivelamentos técnicos.

7.7.1.8. Diagnóstico Técnico e Orçamento: Análise profissional para identificação de falhas e necessidade de substituição de peças e elaboração de orçamento para fins de aprovação.

7.7.1.9. Limpeza Final: Remoção de resíduos provenientes da reparação, deixando o local em perfeitas condições de uso

7.7.2. Fornecimento de Peças e Acessórios (2ª etapa)

7.7.2.1. Após a conclusão do diagnóstico técnico, caso seja verificada a necessidade de substituição de itens, procede-se com o fornecimento e instalação dos componentes necessários para o reparo completo, sendo estes cobrados à parte (conforme orçamento previamente aprovado pela contratante). Esta etapa abrange, mas não se limita a:

7.7.2.2. Ferragens: Fechaduras, trincos, puxadores, dobradiças, pivôs, roldanas, trilhos, motores (automatização) e mecanismos de abertura/fechamento.

7.7.2.3. Vedação: Perfis de borracha (gaxetas), selantes (silicone, poliuretano), calços e fitas vedantes.

7.7.2.4. Componentes Estruturais: Peças de fixação, parafusos, rebites e elementos de ligação específicos.

7.7.2.5. Sistemas de Segurança: Peças de travamento, câmeras de encaixe e dispositivos de folga limitada, se necessário.

7.7.3. Diretrizes de execução

7.7.3.1. Qualidade: Todos os serviços serão executados por técnicos especializados, seguindo normas técnicas aplicáveis.

7.7.3.2. Segurança: Utilização de EPIs adequados para o trabalho com vidro e alumínio.

7.7.3.3. Limpeza: Os locais de trabalho serão mantidos organizados e limpos durante e após a execução dos serviços

7.8. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

7.8.1. A presente contratação tem caráter de **demandas sob demanda** (on call), sendo os serviços executados mediante solicitação formal, a partir da ocorrência de uma avaria. A empresa contratada deverá:

7.8.2. Manter equipe técnica disponível para atendimento dentro do prazo de resposta acordado.

7.8.3. Apresentar orçamento prévio (para peças e acessórios) após a avaliação técnica, quando aplicável.

7.8.4. Executar o serviço conforme as normas técnicas pertinentes (ABNT/NBR) e boas práticas do mercado.

7.8.5. Garantir os serviços executados e os componentes fornecidos no prazo estabelecido.

7.8.6. Fornecer relatório técnico de cada atendimento, contendo descrição da falha, peças substituídas e serviços realizados.

7.9. RESULTADO ESPERADO

7.9.1. Restauração completa da funcionalidade da porta ou janela de vidro, garantindo:

7.9.2. Operação suave, segura e sem ruídos aberrantes.

7.9.3. Vedação adequada contra intempéries, infiltrações e ruídos.

7.9.4. Segurança estrutural e operacional.

7.9.5. Estandueidade e desempenho conforme suas especificações originais de projeto.

7.10. DO PROCEDIMENTO DE MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO DE PEÇAS (ITEM 04)

7.10.1. O fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços corretivos ocorrerá sob demanda técnica, vinculando-se estritamente ao **Item 04** do Lote Único, respeitado o teto orçamentário estabelecido no subitem 2.1 do Termo de Referência.

7.10.2. Constatada a necessidade de substituição de componentes na vistoria inicial (Fase 1), a CONTRATADA apresentará à fiscalização da SEMED orçamento detalhado contendo a discriminação, marca, modelo e preço bruto de mercado de cada item.

7.10.3. Para fins de validação do preço bruto apresentado pela CONTRATADA, a fiscalização da SEMED utilizará como parâmetro de mercado, prioritariamente, os valores constantes no Painel de Preços do Governo Federal, tabelas de sistemas oficiais de referência ou, na ausência destes, a média de 03 (três) cotações vigentes junto a fornecedores do ramo ou sites especializados.

7.10.4. A aprovação do orçamento pela fiscalização da SEMED fica condicionada à aplicação compulsória do percentual de desconto adjudicado no Pregão Eletrônico sobre o valor bruto das peças, convertendo-o no preço final de contratação do Item 04.

7.10.5. Após a aprovação formal do orçamento e a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho vinculada ao saldo do Item 04, a CONTRATADA executará os serviços de instalação das peças.

7.10.6. Para fins de liquidação e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, em conjunto:

- a) A Nota Fiscal de Serviços (referente aos Itens 01, 02 ou 03);
- b) A Nota Fiscal de Fornecimento de Materiais (referente ao Item 04), contendo os valores líquidos com o desconto da licitação aplicado;
- c) Cópia da Ordem de Serviço e do orçamento prévio aprovados pela fiscalização.

7.10.7. Os valores faturados na Nota Fiscal de Materiais deverão corresponder exatamente ao orçamento previamente aprovado, não sendo admitidas divergências de itens, marcas, quantidades ou valores superiores. Em caso de discrepância, o pagamento da medição e do respectivo faturamento apresentado ficará suspenso até a regularização, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

7.10.8. Fica expressamente vedada a inclusão de qualquer margem de lucro, taxa de administração, BDI (Benefício e Despesas Indiretas) ou remuneração adicional sobre o preço final líquido (já deduzido o desconto adjudicado) do Item 04, constituindo este o valor teto e definitivo para fins de faturamento e pagamento das peças utilizadas, não cabendo complementação posterior.

7.10.9. Ambos os documentos fiscais (serviço e material) deverão ser apresentados em conjunto para que se proceda ao pagamento unificado, observado o prazo previsto no subitem 8.3, contado a partir do protocolo da documentação completa, regular e atestada pela fiscalização.

8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA

8.1. DO CONTRATO

8.1.1. O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, em virtude de se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

8.1.2. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de contratação, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante;

8.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.4. A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da ata de registro de preço ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

8.1.5. O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado da contratação.

8.2. DA ASSINATURA DO CONTRATO

8.2.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.2.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

8.2.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 8.2.1 deste Edital.

8.2.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

8.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

8.3.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.3.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

8.3.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.3.5. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.3.6. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.4. DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.4.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 desta Lei](#) deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.4.2. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

8.4.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTO DE PREÇOS

9.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

9.1.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

9.1.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços e deverão ser observadas as seguintes condições:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatório, observado o disposto no inciso IV do art. 15;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatório na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.1.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

9.1.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

9.2. DA ASSINATURA DA ATA

9.2.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.2.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.2.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.2.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.3. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

9.3.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

9.3.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

9.3.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

9.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

9.3.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.3.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.3.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

9.3.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

9.3.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9.4. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

9.5. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

9.5.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

10. DO PAGAMENTO

10.1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

10.1.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

10.1.3. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

10.1.4. A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

10.1.5. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

10.1.6. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

10.1.7. Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

10.1.8. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

10.1.9. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

10.2. DA LIQUIDAÇÃO

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.3. DO PAGAMENTO DAS PEÇAS E COMPONENTES

10.3.1. O fornecimento de peças, componentes e acessórios ocorrerá nos termos do subitem **2.1** do Termo de Referência, mediante orçamento detalhado apresentado pela CONTRATADA, com valores unitários e totais, o qual será submetido à aprovação da SEMED, após verificação de compatibilidade com a média de mercado, nos termos do subitem **2.1**, vedada qualquer forma de remuneração adicional sobre o custo de aquisição;

10.3.2. Após a aprovação do orçamento e a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, a CONTRATADA executará os serviços de instalação das peças, os quais serão considerados parte integrante do objeto contratual;

10.3.3. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, em conjunto com a fatura/nota fiscal dos serviços e Nota Fiscal do fornecimento das peças, componentes e acessórios, emitida em nome da CONTRATADA, contendo a discriminação detalhada dos itens e os respectivos valores unitários e totais, os quais deverão corresponder exatamente ao orçamento previamente aprovado pela Administração, não sendo admitidas divergências de itens, quantidades ou valores superiores. Em caso de discrepância, o pagamento ficará suspenso até a regularização, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

10.3.4. O valor a ser pago pelas peças, componentes e acessórios corresponderá ao constante do orçamento aprovado e da respectiva Nota Fiscal, respeitado o teto global estabelecido no subitem **2.1**. O pagamento será efetuado com base nos valores constantes da Nota Fiscal de fornecimento, uma vez que a compatibilidade de preços já foi verificada pela Administração no momento da aprovação do orçamento.

10.3.5. Não será admitido qualquer acréscimo ao valor das peças, a qualquer título. O valor orçado e aprovado pela Administração constitui o preço final para fins de pagamento, devendo este contemplar todos os custos inerentes ao fornecimento, não cabendo complementação posterior.

10.3.6. Ambos os documentos fiscais deverão ser apresentados em conjunto para que se proceda ao pagamento unificado, observado o prazo previsto no subitem **8.3**, contado a partir do protocolo da documentação completa e regular.

11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

11.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

11.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21](#)

11.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

11.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

11.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

11.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

11.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

11.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

11.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

11.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.3.1 O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

11.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

12. DA FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o (a) Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o (a) pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6. deste edital.

12.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

12.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.7.1. contiver vícios insanáveis;

12.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do (a) pregoeiro (a), que comprove:

12.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

12.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

12.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. Na ausência do envio ou em caso de documento vencido: a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser consultada e obtida pela comissão de contratação, desde que a empresa envie, no momento da licitação destinado ao envio da documentação de habilitação, o comprovante do registro no SICAF. Essa consulta será RESTRITA ao SICAF, não sendo realizada de outros meios/sites.

13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalização, não sendo aceitos documentos ilegíveis.

13.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

13.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

13.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

13.9. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.9.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados pelo sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) HORAS ÚTEIS**, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a). Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, **mediante solicitação devidamente justificada e sujeita à aprovação do(a) pregoeiro(a)**.

13.9.1.1. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 13.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

13.9.1.1.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

13.9.1.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.9.1.1.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

13.9.1.1.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.9.1.2. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

13.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

13.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.11.3. Conforme disposto no item 13.9.1. e seus subitens deste edital.

13.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.9.1.

13.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

13.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.17. Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis. Relação de documentos para fins de habilitação.

13.18. Da Habilitação Jurídica:

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

b) Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Cédula de identificação dos sócios (RG) e (CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

e) Se a empresa se fizer representar por **PROCURADOR**, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

g) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

h) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

i) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.19. Da Regularidade Fiscal Social e Trabalhista;

a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos **FEDERAIS** e à Dívida Ativa da União.

b) Certidão Negativa de Tributos **ESTADUAIS**.

c) Certidão Negativa de Tributos **MUNICIPAIS**.

d) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do **FGTS**.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do link www.tst.jus.br/certidao Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). § 2º Verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da **CNDT**.

13.19.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.19.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.19.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.20. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.20.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.20.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

13.20.3. Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de até 30% (trinta por cento) de serviços considerando:

a) a parcela de maior relevância do está relacionada ao quantitativo de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO (item 1). Assim, a empresa licitante deverá comprovar, como capacidade técnico-operacional, 471 serviços de manutenção, considerando que o quantitativo é de 1.567 serviços.

13.20.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.20.5. O(s) atestado(s)/certidões deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

13.20.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.20.7. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

13.21. Da Qualificação Econômica e Financeira:

a) Certidão Negativa de **Falência, Concordata**, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida nadada de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de **90 (noventa) dias** corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

b.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

c1 - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

c2 - Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

c3 - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente – igual ou superior a 1

LG= Liquidez Geral – igual ou superior a 1

SG= Solvência Geral – igual ou superior a 1

d) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

e) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado **da parcela pertinente**.

f) Em caso de participação da empresa **FILIAL** na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a **MATRIZ**: deverá ser apresentada **DECLARAÇÃO** de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da **MATRIZ**.

13.22. Das Declarações:

a) Termo de Compromisso (declaração conjunta) (Anexo IV).

13.22.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

b) Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

c) Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

13.23. Da Aceitabilidade da Documentação de Habilitação

13.23.1. Os documentos enviados através da plataforma onde ocorrerá a licitação serão aceitos nos seguintes formatos, sendo de inteira responsabilidade da licitante a devida atenção ao formato no momento do envio:

13.23.1.1. **Formatos: ZIP, 7zip e rar (compactados), .rtf, .doc, .docx (MS Office), .xls e .xlsx. e .PDF (preferencialmente).**

13.23.2. Documentos não exigidos neste instrumento convocatório não serão verificados, bem como não serão utilizados para habilitação ou inabilitação do licitante.

13.23.3. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em tempo destinado ao ato, na plataforma onde ocorre a licitação, no prazo de **10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico no Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 15.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

15.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente no endereço eletrônico: supel@jaru.ro.gov.br, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O (a) PREGOEIRO (a) e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 07h30min às 11h30min, ou 13h30min às 17:30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sala da Superintendência de Licitações e Contratos, da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU – RO, localizada na Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 setor 02, ou pelo telefone (69) 9349-4710, para maiores esclarecimentos.

17.11. Outras informações inerentes ao objeto desta licitação poderão ser obtidas junto a Secretaria solicitante no mesmo expediente.

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, acessível em <https://doe.jaru.ro.gov.br/>, Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33_se_for_o_caso.

18. DO FORO

18.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da COMARCA DE JARU/RO, considerado aquele a que está vinculada a Administração Municipal e ao (a) PREGOEIRO (a), excluindo-se quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

Jaru – RO, 02 de junho de 2026.

Ivanilda Lucas de Andrade
PREGOEIRO (A)

Elaborado por: Amanda Lorraine Gomes Mourão do Prado
Assessor (a) de Expediente de Licitações

**ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO, COMPREENDENDO O DIAGNÓSTICO, A EXECUÇÃO DOS REPAROS NECESSÁRIOS, FORNECIMENTO E A SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES E ACESSÓRIOS DEFEITUOSOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal Educação - SEMED, pertencentes a Prefeitura Municipal de Jaru/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE ÚNICO						
Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	006.033.322	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO compreendendo o diagnóstico, a execução dos reparos necessários, o fornecimento e a substituição de componentes e acessórios defeituosos, visando restabelecer plenamente a funcionalidade, a segurança e as condições operacionais originais dos elementos fixos e móveis. SERVIÇO A SER REALIZADO NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE JARU.	1.567	SVC	615,57	964.598,19
2	006.033.323	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO compreendendo o diagnóstico, a execução dos reparos necessários, o fornecimento e a substituição de componentes e acessórios defeituosos, visando restabelecer plenamente a funcionalidade, a segurança e as condições operacionais originais dos elementos fixos e móveis. SERVIÇO A SER REALIZADO NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE JARU.	249	SVC	720,67	179.446,83
3	006.033.324	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO compreendendo o diagnóstico, a execução dos reparos necessários, o fornecimento e a substituição de componentes e acessórios defeituosos, visando restabelecer plenamente a funcionalidade, a segurança e as condições operacionais originais dos elementos fixos e móveis. SERVIÇO A SER REALIZADO NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE JARU, SENDO NO DISTRITO DE TARILANDIA E SUBDISTRITO DE JARU UARU.	211	SVC	778,04	164.166,44
4	-	Fornecimento de peças, componentes e acessórios de reposição (ferragens, fechaduras, trincos, puxadores, dobradiças, pivôs, roldanas, trilhos, perfis de borracha, gaxetas, selantes e correlatos) necessários à execução dos serviços do lote, em estrita compatibilidade com os sistemas	243.240	UN	1,00	243.240,00

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		existentes nas unidades escolares.				
Valor Total: R\$ 1.551.451,46						

Nota Operacional de Julgamento (Item 04): O critério de julgamento do lote será o MENOR PREÇO GLOBAL. Para o Item 04, o valor de referência é fixado linearmente em R\$ 1,00 por unidade monetária, totalizando R\$ 243.240,00, servindo como teto orçamentário e banco de créditos para materiais. Na etapa de lances do Pregão Eletrônico, a redução global ofertada pelas licitantes incidirá de forma percentual e linear também sobre o Item 04, convertendo-se no desconto real que a contratada obriga-se a conceder sobre os orçamentos de peças apresentados durante a execução da Ata.

Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de contratação pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas com referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

1.1 JUSTIFICATIVA DE LICITAR POR LOTE

A contratação unificada dos serviços de manutenção corretiva para portas e janelas de vidro nas zonas urbana e rural do Município de Jaru, via licitação em lote único, fundamenta-se em um conjunto coeso de vantagens técnicas, operacionais e gerenciais que convergem para a otimização do gasto público e a garantia de um padrão de qualidade uniforme.

Em primeiro lugar, a natureza especializada do serviço que demanda conhecimento técnico específico, uso de equipamentos apropriados e domínio de procedimentos de segurança no manuseio de vidro, alumínio e ferragens recomenda a padronização de métodos e critérios. A adjudicação a um único fornecedor assegura que todos os atendimentos, em qualquer localidade do município, sejam executados com o mesmo nível de excelência, eliminando variações de qualidade que poderiam decorrer da atuação de diferentes empresas.

Operacionalmente, a gestão logística é significativamente aprimorada. Uma única empresa contratada pode planejar de forma integrada o deslocamento de suas equipes e a distribuição de materiais, racionalizando rotas e custos de mobilização entre a área urbana e as comunidades rurais, incluindo o Distrito de Tarilândia e o Subdistrito de Jaru Uaru. Essa integração confere maior agilidade no atendimento às demandas e evita a duplicação ou ociosa paralela de estruturas, que seria inevitável com múltiplos prestadores atuando em um mesmo território.

Do ponto de vista administrativo, a simplificação contratual é um benefício evidente. A interface com um único fornecedor concentra a responsabilidade técnica e legal, facilitando de maneira substantiva a coordenação, a fiscalização, a comunicação e a cobrança pelo cumprimento de prazos e resultados. Este modelo elimina ainda potenciais conflitos de delimitação de atribuições ou transferências de responsabilidade entre empresas, garantindo uma governança do contrato mais ágil e transparente.

Economicamente, a agregação do escopo total (2.027 serviços estimados) em um único lote gera uma atratividade comercial ampliada, potencializando o princípio da economia de escala. Ao apresentar um volume considerável de serviços, a administração pública estimula a apresentação de propostas com preços mais competitivos, já que os licitantes podem diluir custos fixos e de mobilização. O resultado é uma maior eficiência no uso dos recursos públicos, com melhor custo-benefício.

A manutenção do **Lote Único** para os serviços de manutenção de vidraçaria da SEMED fundamenta-se, primordialmente, na busca pela eficiência administrativa e na garantia da exequibilidade do objeto, em estrita observância ao princípio da padronização previsto na Lei nº 14.133/2021.

O agrupamento permite ganho de escala, assegurando que o interesse econômico das empresas em atender a zona urbana subsidie a logística e os custos de deslocamento para as áreas mais remotas, evitando que os itens de menor densidade demográfica resultem em licitações desertas ou fracassadas por falta de viabilidade financeira aos licitantes.

Sob a ótica da gestão contratual, a unicidade de lote garante que a Administração Pública lide com uma responsabilidade técnica centralizada. A dispersão do objeto entre diferentes prestadores para um mesmo tipo de manutenção dificultaria a padronização de componentes e acessórios (como roldanas, trincos e películas), além de pulverizar a fiscalização e o controle de garantias. Com um fornecedor único, a SEMED otimiza seus recursos humanos e operacionais, concentrando a cobrança por metas de desempenho e prazos de resposta em um único contrato, o que é vital para a segurança das unidades escolares, onde janelas ou portas danificadas exigem reparos imediatos para proteção do patrimônio e dos alunos.

Além disso, a opção pelo lote único afasta o risco de desigualdade na qualidade da prestação dos serviços entre as diferentes regiões do município. O parcelamento poderia atrair empresas com capacidades operacionais distintas,

resultando em padrões de acabamento e tempos de resposta heterogêneos para escolas que integram a mesma rede de ensino. Portanto, a agregação dos itens demonstra-se a estratégia mais vantajosa para o interesse público, pois concilia a economia processual com a robustez logística necessária para atender toda a extensão territorial de Jaru sob um mesmo rigor técnico e administrativo.

Por fim, considerando o modelo de execução sob demanda ("on call"), a continuidade e a celeridade dos atendimentos são fortemente reforçadas. Um único prestador, plenamente familiarizado com o escopo e a geografia do contrato desde sua origem, pode estruturar uma resposta rápida e eficaz a qualquer chamado, assegurando a pronta restauração da funcionalidade e segurança dos equipamentos nas unidades escolares, sem os atrasos inerentes à mobilização de diferentes fornecedores.

Insta esclarecer que na Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), a permissão para a licitação por lote único (não parcelamento) é fundamentada principalmente no Artigo 40, inciso V, alínea "b", combinado com o § 3º do mesmo artigo.

Embora a lei estabeleça o princípio do parcelamento como regra para ampliar a competitividade, ela permite o agrupamento em lote único nas seguintes condições

Art. 40, § 3º: Determina que o objeto deve ser dividido em tantas parcelas quanto tecnicamente viáveis e economicamente vantajosas, salvo se houver justificativa técnica que demonstre que a divisão prejudica a economia de escala ou a eficiência logística, que é o caso em questão. Portanto a licitação deve buscar o aproveitamento das peculiaridades do mercado, mas permite o agrupamento quando a separação dos itens comprometer a unidade técnica do objeto ou a responsabilidade integral do contratado.

Diante dessas razões, conclui-se que a modalidade de lote único se configura como a mais vantajosa para a administração, promovendo sinergicamente a padronização técnica, a eficiência logística, a simplificação gerencial, a otimização econômica e a garantia de um atendimento ágil e unificado em todo o território municipal.

2. ESTIMATIVAS DO VALOR E MODELAGEM DE PEÇAS

O custo total global estimado para o período de 12 (doze) meses é de **R\$ 1.551.451,46** (um milhão, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos), obtido por meio de ampla pesquisa de mercado.

A composição do Valor Global da contratação dar-se-á pela soma segregada dos blocos de Mão de Obra e do Banco de Peças, conforme discriminação individualizada a seguir:

A) SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA (Itens 01, 02 e 03): R\$ 1.308.211,46

Item 01 (Zona Urbana): 1.567 serviços × R\$ 615,57 = R\$ 964.598,19

Item 02 (Zona Rural): 249 serviços × R\$ 720,67 = R\$ 179.446,83

Item 03 (Distritos): 211 serviços × R\$ 778,04 = R\$ 164.166,44

B) FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS (Item 04): R\$ 243.240,00

Fórmula: Total de Serviços Estimados (2.027 SVC) × Custo Médio Material por Evento (R\$ 120,00) = R\$ 243.240,00

Valor global = Mão de Obra (A) + Banco de peças (B)

O percentual de desconto obtido na fase de lances do Pregão Eletrônico sobre o lote incidirá linearmente sobre o valor de referência das peças (Item 04), garantindo a modicidade dos preços e a total cobertura orçamentária prévia.

2.1. DA INCLUSÃO E MODELAGEM DE PEÇAS E COMPONENTES

A execução do objeto compreende tanto a prestação dos serviços de mão de obra técnica (Itens 01, 02 e 03) quanto o fornecimento integral de peças, componentes e acessórios necessários ao restabelecimento da funcionalidade das portas e janelas de vidro, sendo estes de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

O valor total destinado ao fornecimento de peças fica formalmente integrado ao Lote Único sob a denominação de **Item 04**, limitado ao valor estimado global de **R\$ 243.240,00** (duzentos e quarenta e três mil e duzentos e quarenta reais), servindo como teto orçamentário e banco de créditos contratuais para o período de vigência da Ata.

A opção pela inclusão do fornecimento das peças diretamente no escopo do lote único adjudicado justifica-se pela necessidade de garantir a responsabilidade técnica integral sobre o serviço. A separação entre licitação de mão de obra e

peças geraria riscos de incompatibilidade técnica e fragmentação da garantia, prejudicando a celeridade das manutenções corretivas.

Após a conclusão dos serviços previstos na primeira etapa (mão de obra básica) e a consequente elaboração do diagnóstico técnico, a CONTRATADA apresentará à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SEMED orçamento detalhado e discriminado contendo a relação completa de todos os componentes necessários para a execução da segunda etapa.

A aprovação do orçamento pela SEMED fica condicionada à aplicação do **percentual de desconto linear adjudicado pela licitante vencedora no Pregão Eletrônico** sobre os valores brutos das peças praticados no mercado, convertendo-se no preço líquido final de faturamento do Item 04.

A utilização do saldo do Item 04 ocorrerá exclusivamente por demanda, mediante prévio diagnóstico técnico na unidade escolar afetada, sendo os valores das peças balizados pelos preços de mercado vigentes e mitigados pelo percentual de desconto obtido no certame licitatório. Somente após a validação do orçamento com o desconto contratual aplicado, a SEMED emitirá a Ordem de Serviço/Empenho vinculada ao saldo do Item 04, autorizando o início da execução. Caso os valores apresentados diverjam das tabelas de mercado ou omitam o desconto licitado, o orçamento será devolvido para revisão, permanecendo o prazo de execução suspenso até a regularização.

2.2. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Por se tratar de Registro de Preços, a pretendida CONTRATAÇÃO visa atender as demandas das Secretaria Municipal de Educação - SEMED, pelo período de 12 (doze) meses.

No entanto, a Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, Art. 84, preconiza que o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decisão de contratar serviços especializados de manutenção de portas e janelas de vidro para a rede municipal de ensino fundamenta-se, prioritariamente, no dever constitucional da Administração Pública de garantir a integridade física de crianças, adolescentes e servidores. Ambientes escolares são locais de alta circulação, onde o vidro, se apresentar falhas estruturais ou ferragens instáveis, transmuta-se de um elemento funcional em um risco iminente de acidentes graves. Portanto, a contratação é uma medida imperativa de mitigação de riscos, visando eliminar ameaças constantes e assegurar um ambiente de aprendizado seguro e em conformidade com as normas técnicas de segurança predial.

Sob a ótica da economicidade e da preservação do patrimônio, a manutenção tempestiva atua como um mecanismo de prevenção contra gastos exponenciais no futuro. Pequenas falhas operacionais, como vedações ressecadas ou desalinhamentos de esquadrias, quando não corrigidas, evoluem rapidamente para danos estruturais severos e infiltrações que comprometem a alvenaria das instituições. Dessa forma, a contratação de mão de obra especializada para ajustes e reparos pontuais configura-se como a opção mais racional do ponto de vista financeiro, pois prolonga a vida útil dos bens públicos e evita a necessidade de substituição integral de componentes, o que geraria um custo significativamente maior ao erário.

A adoção de um modelo baseado no Sistema de Registro de Preços (SRP) confere à Secretaria Municipal de Educação a agilidade operacional necessária para gerir uma rede escolar ampla e diversificada. Este formato elimina a morosidade de processos licitatórios individuais para cada reparo, permitindo que a administração responda com presteza às demandas reais conforme elas surgem em cada unidade. A previsibilidade orçamentária garantida pelos valores unitários pré-estabelecidos e a flexibilidade de contratar apenas o necessário otimizam a aplicação dos recursos públicos, garantindo que o atendimento às escolas ocorra de forma fluida e sem interrupções por entraves burocráticos.

Em suma, a solução pretendida estabelece um ciclo de gestão patrimonial eficiente que assegura a continuidade e a qualidade do serviço público de educação. A infraestrutura escolar é o suporte físico indispensável para o desenvolvimento pedagógico e, ao garantir a funcionalidade e a segurança de portas e janelas, a gestão municipal protege não apenas o patrimônio material, mas também o bem-estar da comunidade escolar. A contratação, portanto, mostra-se oportuna e necessária, alinhando-se aos princípios da eficiência e do planejamento estratégico, convertendo o gasto administrativo em um investimento direto na proteção à vida e na dignidade do ambiente educacional.

3.1. ÓRGÃO PARTICIPANTE

• SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

3.2. DAS ESTIMATIVAS DE QUANTITATIVOS

Este tópico apresenta a metodologia utilizada para estimar os quantitativos de serviços de manutenção de portas e janelas de vidro, com o objetivo de embasar a futura contratação por meio de uma Ata de Registro de Preços (ARP). A estimativa serve exclusivamente como parâmetro para a formação dos preços unitários durante a licitação.

A metodologia adotada foi a de estimativa por amostragem estratificada por porte, aplicada a um universo de 19 escolas. Para isso, foram selecionadas e avaliadas *in loco* duas unidades representativas: uma de grande e outra de médio porte. Em cada uma, foi realizado um diagnóstico completo para quantificar todos os itens de serviço necessários (vidros, ferragens, vedações, etc.).

A média de itens encontrada na escola de grande porte foi, então, projetada para 10 escolas. Da mesma forma, a média da escola de médio porte foi projetada para as 9 escolas restantes. O resultado consolidado dessa projeção é apresentado abaixo:

Porte da Escola (Amostra)	Quantidade Média por Escola	Nº de Escolas	Quantidade Total Estimada
Grande Porte Escola Jean Carlos Muniz	Média da amostra: 128 itens	10 escolas	1.280
Médio Porte Escola Menézio de Vício	Média da amostra: 83 itens	9 escolas	747
TOTAL GERAL		19 escolas	2.027

Implicações para a futura contratação:

É fundamental destacar que os quantitativos acima são meramente **estimativos** para fins de licitação e formação de preço, não representando um compromisso de compra total. O objeto da ARP será o registro dos preços unitários dos serviços. Toda contratação futura ("chamada") deverá ser precedida de um levantamento de quantitativos reais na unidade específica demandante, que definirá as quantidades efetivas a serem executadas e faturadas.

Portanto, a estimativa amostral é a base para o preço registrado, enquanto o diagnóstico específico é a base para cada contratação real.

Levantamento escola Médio Porte:

Anexo - Levantamento IN LOCO - Menezio de Vicio de 20/01/2026 (ID 3713494)

Levantamento escola Grande Porte:

Anexo Comunicação Interna nº 14/2026 de 20/01/2026 (ID 3714898).

3.3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

Na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos serviços demandados verificamos que estes:

1. são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
2. possuem especificações usuais de mercado; e
3. possuem disponibilidade no mercado.

Logo, os serviços a serem contratados classificam-se como sendo comuns.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução compreende o ciclo de vida integral da gestão de manutenção de esquadrias de vidro na rede municipal de ensino, iniciando-se pelo planejamento estratégico e diagnóstico das necessidades físicas de cada unidade escolar; avança para a fase de seleção e contratação via Ata de Registro de Preços, garantindo agilidade administrativa e previsibilidade de custos; consolida-se na etapa de execução técnica por demanda real, abrangendo reparos corretivos, ajustes e substituição de componentes e ferragens para mitigar riscos de acidentes e preservar o patrimônio público; e encerra-se com o monitoramento contínuo da qualidade dos serviços e o recebimento definitivo das intervenções, assegurando a funcionalidade permanente dos elementos e a segurança da comunidade escolar ao longo de toda a vigência contratual.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

O material fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação esta perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

Os serviços deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

5.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 133, de 2021.

5.4. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. FORMA DE ENTREGA

A entrega do serviço se dá mediante a conclusão integral das etapas acordadas, caracterizada por:

Execução completa dos serviços constantes do diagnóstico e orçamento aprovado.

Remoção de todos os resíduos e limpeza final da área de trabalho.

Emissão e entrega da nota fiscal do serviço executado e, quando aplicável, das peças fornecidas.

O serviço é considerado entregue e finalizado com a conferência e aceitação formal pela CONTRATADA.

6.2. DOS ENDEREÇOS

Segue todos os endereços nos quais poderão ser solicitados os serviços.

ZONA URBANA

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Aldemir Lima Cantanhede	Rua Mamoré, 1502, Setor 01-A, Jaru-RO;
Abrão Rocha	Rua Marechal Rondon, 2258, Setor 04, Jaru/RO.
Professora Beatriz Mireya	Rua Osvaldo Cruz, 2675, setor 04, Jaru-RO
Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;
Maria de Lourdes e Silva	Rua Raimundo Barreto, 863, Setor 07, Jaru-RO;
Menézio De Victor	Rua Jean C. Muniz, 4029, Jardim dos Estados
Professora Elza Maria Fabris	Rua Airton Sena, s/nº, Jardim dos Estados
Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08, Jaru/RO
Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1253, setor 02, Jaru/RO
Professora Zenir Carvalho	Rua Goiás, 840, Setor 07, Jaru-RO;
Tânia Barreto	Rio Grande do Norte, nº 2552 Setor 01, Jaru/RO
Gabriel Balmant Neves	Rua Onofre de Oliveira, Setor 06, Jaru/RO

Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Sergipe, Quadra 10 Lote 04 Bloco C, Setor 02, Jaru/RO
Escola Primavera	Rua Magnolia 2536, quadra 4 lote 01 Residencial Primavera, Setor 8, Jaru/RO.

ZONA RURAL

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Centro Educacional Bom Jesus	Linha 610, Km 40, Distrito de Bom Jesus, Jaru- Ro
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438, Linha 619, KM 01, Jaru/RO
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO

DISTRITO DE TARILANDIA E JARU UARU

ESCOLAS	ENDEREÇOS
D' - Uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru-Uaru
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilândia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)

Distancia das Unidades Escolares da Zona Rural, Distrito de Tarilandia e Jaru Uaru.

Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
Centro Educacional Bom Jesus	Linha 610, Km 40, Distrito de Bom Jesus, Jaru- Ro	34,8 km (40 minutos)
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438, Linha 619, KM 01, Jaru/RO	14 km (18 minutos)
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO	30,4 km (45 minutos)
D'-uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru-Uaru	104 km (1h e 45 minutos)
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilandia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)	71,8 km (1h e 4 minutos)

6.2. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo total para a conclusão integral do serviço é contado a partir do envio da ordem de serviço e compreende duas fases distintas, conforme o fluxo abaixo:

Prazo de Execução (1ª etapa): Até 5 dias úteis para a realização completa da primeira etapa (serviços de mão de obra básica listados na Forma de Execução), incluindo o Diagnóstico Técnico Final.

Prazo para Elaboração de Orçamento: Em até 2 (dois) dias úteis após a conclusão da Fase 1, será elaborado e enviado ao responsável pela SEMED um orçamento detalhado contendo a relação de peças e acessórios necessários (conforme Etapa 2 da Forma de Execução), com valores discriminados.

Prazo para Aprovação pela SEMED: A contar do recebimento do orçamento pela SEMED, fica estabelecido um prazo de até 5 (cinco) dias úteis para análise, eventuais questionamentos e aprovação formal (ou emissão de autorização de serviço/empenho).

Observação para a 1ª etapa: A liberação para início da Fase 2 está condicionada à aprovação formal e por escrito do orçamento pela SEMED.

Prazo para Aquisição/Disponibilização de Peças (2ª etapa): Até 5 (cinco) dias úteis após a aprovação formal do orçamento pela SEMED, todas as peças e componentes aprovados deverão ser disponibilizados no local para a execução.

Prazo de Execução (substituição de peças): Até 2 (dois) dias úteis após a disponibilização das peças no local, serão executados todos os serviços de substituição e reparos complementares descritos na Etapa 2 da Forma de Execução.

6.3. PRAZO TOTAL ESTIMADO (abrangendo ambas as etapas):

O prazo máximo estimado para a conclusão total do serviço, considerando a sequência acima sem intercorrências, é de aproximadamente **19 (dezenove) dias úteis**, distribuídos da seguinte forma:

- Etapa 1 (Diagnóstico à Aprovação): **Até 12 dias úteis (5 execução + 2 orçamento + 5 análise e aprovação).**

- Etapa 2 (Peças à Finalização): **Até 7 dias úteis (5 aquisição + 2 execução).**

Os prazos estabelecidos anteriormente poderão ser prorrogados por uma única vez, a pedido da CONTRATADA, desde que atendidas cumulativamente as seguintes condições:

A solicitação de prorrogação seja formalizada por escrito à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 02 dias à data do vencimento do prazo em curso.

A solicitação seja acompanhada de justificativa técnica ou administrativa circunstanciada e devidamente comprovada que impossibilite o cumprimento do prazo original (ex.: atraso justificado de fornecedor para componente especial, necessidade de fabricação sob medida, impedimento de força maior).

A prorrogação seja expressamente aceita e autorizada por escrito pela CONTRATANTE.

A nova data estabelecida será considerada como prazo final vinculante para a etapa em questão.

6.4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO

6.4.1. Etapa De Serviços Inclusos (1ª Etapa)

Esta fase abrange todos os serviços necessários para restabelecer o funcionamento ideal do produto, sem custos adicionais de mão de obra, e inclui, mas não se limita a:

Ajustes e Regulagem de Precisão: Nivelamento de portas de vidro, regulagem de molas hidráulicas (piso ou aérea), ajuste de braços de maxim-ar, se for o caso e alinhamento de folhas de correr para garantir fechamento perfeito.

Lubrificação Técnica: Aplicação de lubrificantes adequados e técnicos em roldanas, trincos, fechaduras e dobradiças para eliminação de ruídos, travamentos e garantia de suavidade na movimentação.

Limpeza Técnica de Trilhos e Perfis: Remoção profunda de sujeira, poeira, detritos e oxidação nos trilhos superiores e inferiores, essenciais para o deslize de portas e janelas de correr.

Reaperto e Fixação: Reaperto de parafusos, pivôs, ferragens e conexões estruturais em alumínio/inox para garantir a fixação segura do vidro.

Verificação e Ajuste de Vedações: Inspeção e reposicionamento de borrachas ou escovinhas de vedação existentes (sem substituição de material novo nesta etapa) para vedar infiltrações de água e ruídos.

Ajuste Fino Estrutural: Correção de folgas, alinhamento da folha em relação ao marco, regulagem da pressão de fechamento e correção de desnivelamentos técnicos.

Diagnóstico Técnico e Orçamento: Análise profissional para identificação de falhas e necessidade de substituição de peças e elaboração de orçamento para fins de aprovação.

Limpeza Final: Remoção de resíduos provenientes da reparação, deixando o local em perfeitas condições de uso

6.4.2. Fornecimento de Peças e Acessórios (2ª etapa)

Após a conclusão do diagnóstico técnico, caso seja verificada a necessidade de substituição de itens, procede-se com o fornecimento e instalação dos componentes necessários para o reparo completo, sendo estes cobrados à parte (conforme orçamento previamente aprovado pela contratante). Esta etapa abrange, mas não se limita a:

Ferragens: Fechaduras, trincos, puxadores, dobradiças, pivôs, roldanas, trilhos, motores (automação) e mecanismos de abertura/fechamento.

Vedação: Perfis de borracha (gaxetas), selantes (silicone, poliuretano), calços e fitas vedantes.

Componentes Estruturais: Peças de fixação, parafusos, rebites e elementos de ligação específicos.

Sistemas de Segurança: Peças de travamento, câmeras de encaixe e dispositivos de folga limitada, se necessário.

6.4.3. Diretrizes de execução

Qualidade: Todos os serviços serão executados por técnicos especializados, seguindo normas técnicas aplicáveis.

Segurança: Utilização de EPIs adequados para o trabalho com vidro e alumínio.

Limpeza: Os locais de trabalho serão mantidos organizados e limpos durante e após a execução dos serviços

6.5. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem caráter de **demanda sob demanda** (on call), sendo os serviços executados mediante solicitação formal, a partir da ocorrência de uma avaria. A empresa contratada deverá:

- Manter equipe técnica disponível para atendimento dentro do prazo de resposta acordado.
- Apresentar orçamento prévio (para peças e acessórios) após a avaliação técnica, quando aplicável.
- Executar o serviço conforme as normas técnicas pertinentes (ABNT/NBR) e boas práticas do mercado.
- Garantir os serviços executados e os componentes fornecidos no prazo estabelecido.
- Fornecer relatório técnico de cada atendimento, contendo descrição da falha, peças substituídas e serviços realizados.

6.6. RESULTADO ESPERADO

Restauração completa da funcionalidade da porta ou janela de vidro, garantindo:

- Operação suave, segura e sem ruídos aberrantes.
- Vedação adequada contra intempéries, infiltrações e ruídos.
- Segurança estrutural e operacional.
- Estandarização e desempenho conforme suas especificações originais de projeto.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, em virtude de se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de contratação, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante;

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da ata de registro de preço ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

7.1. DA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

7.1.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

7.1.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 7.1.1 deste termo.

7.1.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

7.1.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de até 10 dias úteis**, pelo servidor responsável, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

Para efeito de recebimento provisório, os servidores responsáveis irão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os serviços serão recebidos definitivamente, pela comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, mediante Termo de Recebimento, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, que deverá ser de **até 08 (oito) dias após o atesto do recebimento provisório**.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

8.4. DO PROCEDIMENTO DE MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO DE PEÇAS (ITEM 04)

O fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços corretivos ocorrerá sob demanda técnica, vinculando-se estritamente ao **Item 04** do Lote Único, respeitado o teto orçamentário estabelecido no subitem 2.1 do Termo de Referência.

Constatada a necessidade de substituição de componentes na vistoria inicial (Fase 1), a CONTRATADA apresentará à fiscalização da SEMED orçamento detalhado contendo a discriminação, marca, modelo e preço bruto de mercado de cada item.

Para fins de validação do preço bruto apresentado pela CONTRATADA, a fiscalização da SEMED utilizará como parâmetro de mercado, prioritariamente, os valores constantes no Painel de Preços do Governo Federal, tabelas de sistemas oficiais de referência ou, na ausência destes, a média de 03 (três) cotações vigentes junto a fornecedores do ramo ou sites especializados.

A aprovação do orçamento pela fiscalização da SEMED fica condicionada à aplicação compulsória do percentual de desconto adjudicado no Pregão Eletrônico sobre o valor bruto das peças, convertendo-o no preço final de contratação do Item 04.

Após a aprovação formal do orçamento e a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho vinculada ao saldo do Item 04, a CONTRATADA executará os serviços de instalação das peças.

Para fins de liquidação e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, em conjunto:

- a) A Nota Fiscal de Serviços (referente aos Itens 01, 02 ou 03);
- b) A Nota Fiscal de Fornecimento de Materiais (referente ao Item 04), contendo os valores líquidos com o desconto da licitação aplicado;
- c) Cópia da Ordem de Serviço e do orçamento prévio aprovados pela fiscalização.

Os valores faturados na Nota Fiscal de Materiais deverão corresponder exatamente ao orçamento previamente aprovado, não sendo admitidas divergências de itens, marcas, quantidades ou valores superiores. Em caso de discrepância, o pagamento da medição e do respectivo faturamento apresentado ficará suspenso até a regularização, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Fica expressamente vedada a inclusão de qualquer margem de lucro, taxa de administração, BDI (Benefício e Despesas Indiretas) ou remuneração adicional sobre o preço final líquido (já deduzido o desconto adjudicado) do Item 04, constituindo este o valor teto e definitivo para fins de faturamento e pagamento das peças utilizadas, não cabendo complementação posterior.

Ambos os documentos fiscais (serviço e material) deverão ser apresentados em conjunto para que se proceda ao pagamento unificado, observado o prazo previsto no subitem 8.3, contado a partir do protocolo da documentação completa, regular e atestada pela fiscalização.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, e a forma de adjudicação será **POR LOTE**.

9.2. DA PREVISÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPATES

Nos itens cujos os valores estejam abaixo de R\$ 80.000 (oitenta mil reais), serão de participação exclusiva as microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a Lei Complementar 123, e com Decreto Municipal 9.323.

No item em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3º, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

9.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será

considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente igual ou superior a

LG= Liquidez Geral igual ou superior a

SG= Solvência Geral igual ou superior a

Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

Em caso de participação da empresa FILIAL na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a MATRIZ: deverá ser apresentada DECLARAÇÃO de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da MATRIZ.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de até 30% (trinta por cento) de serviços considerando:

a) a parcela de maior relevância do está relacionada ao quantitativo de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO (item 1). Assim, a empresa licitante deverá comprovar, como capacidade técnico-operacional, 471 serviços de manutenção, considerando que o quantitativo é de 1.567 serviços.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O(s) atestado(s)/certidões deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da contratação do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

11. DEVERES DA CONTRATANTE

Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos serviços;

Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada da Ata de Registro de Preços;

Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços a ser firmada;

Comunicar imediatamente ao Fornecedor Registrado quaisquer irregularidades no serviço executado para que seja providenciada a regularização no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas do recebimento da comunicação;

Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;

Aplicar à Contratada as penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, quando for o caso.

12. DEVERES DA CONTRATADA

Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos;

Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidos por força de lei, ligados ao cumprimento da presente licitação;

Orientar tecnicamente os responsáveis pela execução dos serviços, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

Atender prontamente às solicitações do contratante acerca dos serviços contratados e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;

Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive tributos e quaisquer outras que forem devidas;

Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

Indicar e-mail e número de Whatsapp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.

Responsabilizar-se pelo fornecimento da prestação de serviço da licitação, atendendo os requisitos e observando às normas constantes do Edital;

Cumprir os prazos estipulados na Ata de Registro de Preços e as especificações da prestação de serviço da licitação;

Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, a prestação de serviço da Ata de Registro de Preços, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e da garantia;

Realizar a prestação de serviço dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade da prestação de serviço fornecida, segundo as exigências legais;

Responsabilizar-se pelos eventuais prejuízos causados ao município de Jaru ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento da prestação de serviço;

Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento da prestação de serviço, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE;

Sujeita-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela execução de qualquer serviço;

Indicar, formalmente, preposto, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, aceito pela Secretaria solicitante, para representar a licitante vencedora, sempre que for necessário, o qual tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos da Ata de Registro de Preços;

A Empresa deverá assumir todas as despesas relativas à execução dos serviços na área de pessoal e quaisquer outras oriundas, ficando ainda para todos os efeitos legais, declarados pelo contratado a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

Apresentar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes às prestações de serviços da contratação das Secretarias solicitantes;

Fica PROIBIDO a terceirização, locação e sublocação ou subcontratação dos serviços.

A CONTRATADA é obrigada a cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições deste Termo de Referência, de forma a garantir a qualidade dos serviços a serem executados.

A CONTRATADA é obrigada a assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas à prestação dos serviços e de seus empregados.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 13.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.8.2. as peculiaridades do caso concreto; 13.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
13.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
13.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

14. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de contratação frequentes, conforme estatui o art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratação frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

16. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

17.1 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18. DO GESTOR, FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Para fins de instrução processual e em cumprimento ao disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em atendimento às orientações da Controladoria - Geral do Município (ID 3693828) quanto à necessidade de designação de equipe de fiscalização para a formalização de instrumentos contratuais, **informo que serão indicados os servidores abaixo para Gestor e Fiscal:**

- **Gestor:** Antônio Osmir Rodrigues Matrícula nº **13.970**
- **Fiscal:** Patrícia da Luz Rodrigues Matrícula nº **13.991**
- **Suplente:** Damara Sebastiani Cavalcanti Santos Matrícula nº **14.536**

19. DAS SOLUÇÕES ADOTADAS PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Em observância ao Mapa de Riscos da contratação, a Administração identificou os principais eventos capazes de comprometer a adequada execução do objeto e incorporou, no presente Termo de Referência e nos demais atos do processo, as medidas necessárias à sua mitigação. O tratamento dos riscos foi estruturado de forma compatível com a natureza da contratação voltada à execução de serviços de manutenção corretiva em portas e janelas de vidro das unidades escolares da SEMED, abrangendo diagnóstico técnico, reparos, ajustes, regulagens, limpeza técnica, fornecimento e substituição de peças, componentes e acessórios defeituosos, com atendimento nas zonas urbana, rural, Distrito de Tarilândia e Subdistrito de Jaru Uaru.

Na fase de planejamento, o processo contemplou providências voltadas à redução dos riscos relacionados à definição do escopo, à modelagem da execução por etapas, à estimativa dos quantitativos e à padronização dos procedimentos de atendimento e controle. O Termo de Referência já estruturou a solução em etapas sucessivas, com primeira fase destinada ao diagnóstico técnico e aos ajustes básicos, seguida, quando necessário, de orçamento, aprovação formal e posterior substituição de peças, com prazos definidos para cada fase e delimitação expressa do fluxo de execução. Também foram incorporadas regras sobre quantitativos estimativos, atendimento por demanda real, abrangência territorial, fornecimento de peças compatíveis, responsabilidades da contratada e parâmetros para a restauração da funcionalidade, da segurança e das condições operacionais originais das esquadrias, reduzindo riscos de indefinição operacional, atraso no atendimento e fragilidade na gestão do objeto.

Na fase de seleção do fornecedor, foram previstas medidas destinadas a assegurar a escolha de empresa efetivamente apta a executar o objeto com capacidade técnica e logística compatíveis, sem prejuízo da competitividade do certame. O Mapa de Riscos tratou expressamente dos riscos relacionados à baixa competitividade decorrente do agrupamento do objeto, à contratação de licitante sem experiência suficiente em vidraçaria e esquadrias, à apresentação de proposta inexequível diante do volume estimado de atendimentos e à necessidade de regras objetivas para aprovação de peças e acessórios. Em consonância com esse tratamento, o Termo de Referência consolidou a justificativa técnica da contratação unificada, previu exigência de atestado de capacidade técnica compatível, análise da exequibilidade das propostas, conferência da habilitação jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica, além de disciplinar o procedimento de orçamento prévio e de validação das peças, mitigando riscos de contratação inadequada, cobrança indevida e inconsistências entre os instrumentos do procedimento.

Na execução contratual, o Termo de Referência já incorporou mecanismos de controle aptos a mitigar os riscos de atraso no atendimento inicial, demora na aprovação e instalação de peças, execução insegura com risco de acidente e utilização

de componentes incompatíveis ou de baixa qualidade. O instrumento estabelece prazos para comparecimento, diagnóstico, elaboração de orçamento, aprovação pela SEMED, disponibilização de peças e conclusão dos reparos, além de exigir mão de obra especializada, observância das normas técnicas, uso de equipamentos adequados, apresentação de orçamento detalhado, validação prévia dos preços das peças com base em parâmetros de mercado e aplicação obrigatória do desconto adjudicado sobre os materiais. Também foram previstas rotinas de fiscalização, possibilidade de rejeição dos serviços executados em desacordo com as especificações, obrigação de reparação, correção, remoção, reconstituição ou substituição sem ônus para a Administração e vedação à utilização de peças incompatíveis com os sistemas existentes nas unidades escolares.

Além disso, o processo tratou expressamente dos riscos relacionados à ausência de histórico técnico por atendimento, ao recebimento sem comprovação suficiente e ao pagamento desvinculado da efetiva conformidade da execução. O Termo de Referência já prevê recebimento provisório e definitivo, exigência de relatório técnico por chamado, vinculação do faturamento de peças ao orçamento previamente aprovado, apresentação conjunta da documentação correspondente aos serviços e aos materiais, controle pela fiscalização e pela comissão de recebimento e condicionamento do pagamento ao atesto regular da execução. Dessa forma, registra-se que os riscos mapeados para a presente contratação não foram apenas identificados, mas devidamente tratados por medidas preventivas, de controle e de resposta já incorporadas ao Termo de Referência e ao processo administrativo, conferindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e proteção ao interesse público, especialmente quanto à segurança da comunidade escolar e à preservação do patrimônio público.

19. ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA

Nas especificações deste Termo de Referência, foram extraídos os preços através de pesquisa realizada através do Banco de Preços.

20. QUAIS OBJETIVOS E AÇÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A CONTRATAÇÃO ESTÁ ALINHADA?

A contratação dos materiais está alinhada com Gestão Transparente e Eficiente: Garantir uma gestão baseada em valores éticos, com planejamento e políticas integradas e articuladas, métodos e instrumentos eficazes e foco em resultados, assegurando uma efetiva participação da sociedade na construção, execução, monitoramento e avaliação das ações e dos projetos de governo.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvidas no objeto da presente contratação, contidas nas legislações correlatas.

As partes contratantes elegem o foro de Jaru/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jaru/RO, 20 de maio de 2026.

CLEIDE GONCALVES LEITE PRATES
Secretária Municipal de Educação

Elaborado por:
WALACE DEIVID ALVES ARCELINO
Assessor (a) de expediente de compras

**APÊNDICE DO ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU**

Estudo Técnico Preliminar 37/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 1-2647/2026

2. Descrição da necessidade

A demanda por serviços de manutenção em portas e janelas de vidro fundamenta-se na imperativa necessidade de assegurar a integridade física e a funcionalidade das atividades educacionais no âmbito da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. As unidades escolares, responsáveis pelo acolhimento diário de alunos e servidores, possuem rotinas intensas que exigem a plena operação de seus elementos de fechamento e vedação, tornando indispensável a realização de reparos técnicos que garantam a segurança, a luminosidade e o conforto ambiental necessários ao processo de ensino- aprendizagem.

Ademais, a contratação visa suprir a depreciação natural e os danos acidentais que comprometem a utilização segura desses equipamentos, otimizando a conservação predial e o fluxo escolar. A solução pretendida não se caracteriza apenas como uma intervenção estética, mas sim como o provimento de manutenção essencial para eliminar riscos de acidentes com estilhaços ou travamentos, assegurando um ambiente salubre e condizente com a dignidade das atribuições pedagógicas, em estrita observância ao princípio da eficiência administrativa e do dever de guarda do patrimônio público.

Por fim, a iniciativa demonstra-se proporcional e compatível com o interesse público, uma vez que a estruturação adequada do ambiente escolar reflete diretamente na segurança e na qualidade do ensino ofertado. A execução destes serviços de conservação assegura que a infraestrutura das unidades de ensino permaneça operante e segura, atendendo aos preceitos de economicidade ao prolongar a vida útil das esquadrias e evitar a necessidade de substituições prematuras, em conformidade com o planejamento estratégico da gestão educacional.

3. Área requisitante

ÁreaRequisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Educação - SEMED	CLEIDE GONCALVES LEITE PRATES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**FORMA DE ENTREGA:**

A entrega do serviço se dá mediante a conclusão integral das etapas acordadas, caracterizada por: Execução completa dos serviços constantes do diagnóstico e orçamento aprovado.

Remoção de todos os resíduos e limpeza final da área de trabalho.

Emissão e entrega da nota fiscal do serviço executado e, quando aplicável, das peças fornecidas.

O serviço é considerado entregue e finalizado com a conferência e aceitação formal pela CONTRATADA.

DOS ENDEREÇOS:

Segue todos os endereços nos quais poderão ser solicitados os serviços.

ZONA URBANA:

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Aldemir Lima Cantanhede	Rua Mamoré, 1502, Setor 01-A, Jaru-RO;
Abrão Rocha	Rua Marechal Rondon, 2258, Setor 04, Jaru/RO.
Professora Beatriz Mireya	Rua Osvaldo Cruz, 2675, setor 04, Jaru-RO
Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;
Maria de Lourdes e Silva	Rua Raimundo Barreto, 863, Setor 07, Jaru-RO;
Menézio De Victor	Rua Jean C. Muniz, 4029, Jardim dos Estados
Professora Elza Maria Fabris	Rua Airton Sena, s/nº, Jardim dos Estados
Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08, Jaru/RO
Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1253, setor 02, Jaru/RO
Professora Zenir Carvalho	Rua Goiás, 840, Setor 07, Jaru-RO;
Tânia Barreto	Rio Grande do Norte, nº 2552 Setor 01, Jaru/RO
Gabriel Balmant Neves	Rua Onofre de Oliveira, Setor 06, Jaru/RO
Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Sergipe, Quadra 10 Lote 04 Bloco C, Setor 02, Jaru/RO
Escola Primavera	Rua Magnolia 2536, quadra 4 lote 01 Residencial Primavera, Setor 8, Jaru/RO.

ZONA RURAL:

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Centro Educacional Bom Jesus	Linha 610, Km 40, Distrito de Bom Jesus, Jaru- Ro
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438,Linha 619, KM 01, Jaru/RO
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO

DISTRITO DE TARILÂNDIA E JARU UARU:

ESCOLAS	ENDEREÇOS
D'Jaru - Uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru-Uaru
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilândia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)

Distancia das Unidades Escolares da Zona Rural, Distrito de Tarilândia e Jaru Uaru.

Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
Centro Educacional Bom Jesus	Linha 610, Km 40, Distrito de Bom Jesus, Jaru- Ro	34,8 km (40 minutos)
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438,Linha 619, KM 01, Jaru/RO	14 km (18 minutos)
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO	30,4 km (45 minutos)
D'jaru-uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru-Uaru	104 km (1h e 45 minutos)
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilandia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)	71,8 km (1h e 4 minutos)

PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo total para a conclusão integral do serviço é contado a partir do envio da ordem de serviço e compreende duas fases distintas, conforme o fluxo abaixo:

Prazo de Execução (1ª etapa): Até 5 dias úteis para a realização completa da primeira etapa (serviços de mão de obra básica listados na Forma de Execução), incluindo o Diagnóstico Técnico Final.

¶ **Prazo para Elaboração de Orçamento:** Em até 2 (dois) dias úteis após a conclusão da Fase 1, será elaborado e enviado ao responsável pela SEMED um orçamento detalhado contendo a relação de peças e acessórios necessários (conforme Etapa 2 da Forma de Execução), com valores discriminados.

¶ **Prazo para Aprovação pela SEMED:** A contar do recebimento do orçamento pela SEMED, fica estabelecido um prazo de até 5 (cinco) dias úteis para análise, eventuais questionamentos e aprovação formal (ou emissão de autorização de serviço/empenho).

¶ **Observação para a 1ª etapa:** A liberação para início da Fase 2 está condicionada à aprovação formal e por escrito do orçamento pela SEMED.

¶ **Prazo para Aquisição/Disponibilização de Peças (2ª etapa):** Até 5 (cinco) dias úteis após a aprovação formal do orçamento pela SEMED, todas as peças e componentes aprovados deverão ser disponibilizados no local para a execução.

¶ **Prazo de Execução (substituição de peças):** Até 2 (dois) dias úteis após a disponibilização das peças no local, serão executados todos os serviços de substituição e reparos complementares descritos na Etapa 2 da Forma de Execução.

PRAZO TOTAL ESTIMADO (abrangendo ambas as etapas):

O prazo máximo estimado para a conclusão total do serviço, considerando a sequência acima sem intercorrências, é de aproximadamente 15 (quinze) dias úteis, distribuídos da seguinte forma:

¶ Etapa 1 (Diagnóstico à Aprovação): Até 8 dias úteis (2 execução + 1 orçamento + 5 análise). ¶ Etapa 2 (Peças à Finalização): Até 7 dias úteis (5 aquisição + 2 execução).

Os prazos estabelecidos anteriormente poderão ser prorrogados por uma única vez, a pedido da CONTRATADA, desde que atendidas cumulativamente as seguintes condições:

A solicitação de prorrogação seja formalizada por escrito à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 02 dias à data do vencimento do prazo em curso.

A solicitação seja acompanhada de justificativa técnica ou administrativa circunstanciada e devidamente comprovada que impossibilite o cumprimento do prazo original (ex.: atraso justificado de fornecedor para componente especial, necessidade de fabricação sob medida, impedimento de força maior).

A prorrogação seja expressamente aceita e autorizada por escrito pela CONTRATANTE.

A nova data estabelecida será considerada como prazo final vinculante para a etapa em questão.

DO RECEBIMENTO:

Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de até 10 dias úteis**, pelos fiscais de contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências.

Para efeito de recebimento provisório, ao final do período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Pedido de Material e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os serviços serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, mediante Termo de Recebimento, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, que deverá ser de **até 08 (oito) dias após o atesto do recebimento provisório**.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.

5. Levantamento de Mercado

A contratação dos serviços de manutenção em portas e janelas de vidro constitui-se, no cenário atual, em objeto de demanda habitual por órgãos públicos em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade e capilaridade de empresas especializadas aptas ao fornecimento dos serviços, assegurando a competitividade do certame conforme os requisitos técnicos estabelecidos neste documento.

No âmbito da prospecção de soluções, foram consideradas e analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, com o objetivo precípua de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem atender com maior eficiência às necessidades da Administração. Após tal análise comparativa, não foi encontrada solução técnica superior ou economicamente mais vantajosa à proposta de manutenção corretiva delineada neste estudo.

Ressalta-se, por fim, que esta pesquisa de mercado e a composição dos custos balizam-se estritamente nos parâmetros do Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo a conformidade legal e a viabilidade econômica da contratação.

6. Descrição da solução como um todo

A solução visada com esta contratação consiste na operacionalização de um serviço especializado de manutenção corretiva em esquadrias, portas e janelas de vidro nas unidades escolares, através do fornecimento de peças de reposição e mão de obra técnica qualificada. Esta medida visa garantir a restauração imediata da funcionalidade e da segurança dos acessos e vedações das escolas, assegurando que alunos e servidores disponham de ambientes protegidos contra intempéries, ruídos externos e riscos de acidentes com estilhaços ou estruturas instáveis. Além de elevar a qualidade da infraestrutura predial, a solução foca na durabilidade e na conformidade técnica, utilizando componentes certificados que suportam o fluxo intenso da comunidade escolar, transformando as salas de aula e áreas comuns em espaços seguros e propícios ao aprendizado.

Sob a ótica administrativa e estratégica, a solução utiliza o Sistema de Registro de Preços para viabilizar o atendimento tempestivo das 19 unidades da SEMED, permitindo que a Secretaria responda com celeridade às ocorrências de quebra ou desgaste natural dos equipamentos. Este modelo permite uma gestão de manutenção flexível e "sob demanda", possibilitando que a Administração realize os reparos de acordo com a urgência e a necessidade específica de cada escola, sem a obrigatoriedade de estocagem de materiais ou processos morosos de compra direta. Assim, a contratação assegura a preservação contínua do patrimônio público, conciliando a prontidão no restabelecimento da segurança escolar com a máxima eficiência na execução orçamentária e a continuidade dos serviços educacionais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Este tópico apresenta a metodologia utilizada para estimar os quantitativos de serviços de manutenção de portas e janelas de vidro, com o objetivo de embasar a futura contratação por meio de uma Ata de Registro de Preços (ARP). A estimativa serve exclusivamente como parâmetro para a formação dos preços unitários durante a licitação.

A metodologia adotada foi a de estimativa por amostragem estratificada por porte, aplicada a um universo de 19 escolas. Para isso, foram selecionadas e avaliadas *in loco* duas unidades representativas: uma de grande e outra de médio porte. Em cada uma, foi realizado um diagnóstico completo para quantificar todos os itens de serviço necessários (vidros, ferragens, vedações, etc.).

A média de itens encontrada na escola de grande porte foi, então, projetada para 10 escolas. Da mesma forma, a média da escola de médio porte foi projetada para as 9 escolas restantes. O resultado consolidado dessa projeção é apresentado abaixo:

Porte da Escola (Amostra)	Quantidade Média por Escola	Nº de Escolas	Quantidade Total Estimada
Grande Porte Escola Jean Carlos Muniz	Média da amostra: 128 itens	10 escolas	1.280
Médio Porte Escola Menézio de Vito	Média da amostra: 83 itens	9 escolas	747
TOTAL GERAL:		19 escolas	2.027

Implicações para a futura contratação:

É fundamental destacar que os quantitativos acima são meramente estimativos para fins de licitação e formação de preço, não representando um compromisso de compra total. O objeto da ARP será o registro dos preços unitários dos serviços. Toda contratação futura ("chamada") deverá ser precedida de um levantamento de quantitativos reais na unidade específica demandante, que definirá as quantidades efetivas a serem executadas e faturadas.

Portanto, a estimativa amostral é a base para o preço registrado, enquanto o diagnóstico específico é a base para cada contratação real. Levantamento escola Médio Porte:

- Anexo - Levantamento IN LOCO - Menézio de Vito de 20/01/2026 (ID 3713494) Levantamento escola Grande Porte:
- Anexo Comunicação Interna nº 14/2026 de 20/01/2026 (ID 3714898).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.308.211,46

De acordo com cotações realizadas pelo Departamento de Gestão de Preços, o valor total estimado da contratação é de R\$ 1.308.211,46 (Um milhão, trezentos e oito mil, duzentos e onze reais e quarenta e seis centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme o Art. 40, inciso V, alínea b, da Lei 14.133/2021, as compras deverão atender ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Neste caso, a secretaria optou por agrupar os materiais em um lote único.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a aquisição deste processo por não necessitarem de outros itens para seu funcionamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

Art. 17. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Ademais, verificou-se que os itens do presente processo não constam no Plano de Contratação Anual (PCA) vigente, ressaltando-se que tais situações serão devidamente justificadas pelas secretarias solicitantes nos autos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a futura e eventual contratação de serviços de manutenção corretiva em portas e janelas de vidro, a Prefeitura Municipal de Jaru, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), busca alcançar benefícios estruturais, operacionais e de segurança que assegurem a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços educacionais de forma protegida e eficiente.

Entre os principais benefícios esperados, destacam-se:

▪ **Segurança da Comunidade Escolar e Prevenção de Acidentes:** A manutenção tempestiva de esquadrias envidraçadas garante ambientes seguros para alunos, professores e servidores. Este benefício é vital para a integridade física dos usuários, mitigando riscos críticos associados a vidros trincados, estilhaços ou estruturas instáveis, além de assegurar o correto funcionamento de fechaduras e trincos, prevenindo invasões e garantindo o controle de acesso às unidades escolares.

▪ **Salubridade do Ambiente e Conforto Ambiental:** A vedação adequada de portas e janelas assegura a proteção das salas de aula contra intempéries, ruídos externos e entrada de vetores. A substituição de componentes defeituosos restaura a funcionalidade das aberturas, garantindo a ventilação cruzada e o aproveitamento da iluminação natural, fatores indispensáveis para a saúde visual e respiratória dos estudantes e para o desempenho cognitivo em sala de aula.

▪ **Preservação do Patrimônio Público e Valorização Imobiliária:** A intervenção corretiva imediata impede que pequenas avarias evoluam para danos estruturais irreversíveis nas edificações. Ao manter um cronograma de reparos funcional, a administração evita a degradação precoce de caixilhos, pisos e paredes, garantindo a longevidade das benfeitorias e protegendo o investimento imobiliário realizado pelo município.

▪ **Eficiência Econômica e Racionalização via SRP:** A utilização do Sistema de Registro de Preços permite que a SEMED realize os reparos de forma fracionada e "sob demanda", conforme a ocorrência de quebras ou desgaste natural em cada escola. Este modelo elimina a necessidade de processos licitatórios individuais para cada vidro quebrado, garantindo preços pré-fixados competitivos e evitando o desperdício de recursos com a substituição total de estruturas que poderiam ser apenas reparadas.

▪ **Continuidade do Serviço Educacional:** A contratação assegura a pronta resposta administrativa diante de vandalismos ou acidentes, evitando que salas de aula precisem ser interditadas por falta de segurança. Ter um contrato de manutenção vigente permite que a gestão escolar solicite o reparo imediato, garantindo que o calendário letivo transcorra sem interrupções e que a infraestrutura esteja sempre disponível para o acolhimento dos alunos.

Assim, a Administração Municipal busca, com essa contratação, consolidar uma rede de escolas fisicamente segura e operacionalmente eficiente, assegurando a defesa do interesse público e a excelência no ambiente de ensino ofertado à população de Jaru.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando-se atendidos todos os requisitos necessários à prestação de serviços previstos nesta demanda, não se vislumbram demais providências prévias a serem adotadas pela administração.

A administração disponibiliza o Manual do Gestor e Fiscal de Contratos para auxiliar e orientar sobre os procedimentos que devem ser adotados nas contratações realizadas, em especial, quanto a penalidades e rescisão contratual. Anexo Decreto nº 11736/GP/2019 de 04/06/2021 (ID 560939).

14. Possíveis Impactos Ambientais

Buscar-se-á no processo licitatório a contratação de serviços sustentáveis ou de menor impacto ambiental, em relação aos seus similares.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação pretendida, visando atender as demandas da secretaria, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, sem óbices que impeçam o prosseguimento do feito.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MELISSA DIAS DE OLIVEIRA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/PMJ/2026
Modelo de Proposta Comercial
(Em Papel Timbrado da Empresa)

Nome de Fantasia:		
Razão Social:		
CNPJ:		
Bairro:		
Endereço:		
Município:		CEP:
Estado		
Representante:		CPF:
Telefone:		E-mail:
Banco:	Agência:	Conta-corrente:
Optante pelo SIMPLES: () SIM () NÃO		

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	SUB-TOTAL
1)					R\$	R\$

Valor total da proposta: R\$ xx (xx reais).

OBSERVAÇÃO: A PROPOSTA DEVERÁ CONTER AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME AS CONSTATE NO TERMO DEREFERÊNCIA.

DECLARAMOS que estão inclusas no valor da proposta todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

Prazo de validade da proposta: 90 (Noventa dias contados da sua abertura mínimo).

Prazo de entrega (execução): xx (xx) dias, contados do efetivo recebimento da ordem de fornecimento.

Condições de pagamentos: conforme edital e seus anexos.

Forma de entrega: Terrestre.

Local de entrega: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA REQUISITANTE, conforme Termo de Referência.

Garantia Legal: Conforme art. 24, do CDC.

Outras Garantias: Conforme Contrato.

Local e data: de de 2026.

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ



**ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/PMJ/2026
PROCESSO Nº 2647/PMJ/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /PMJ/2026**

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, sediada à Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 – Setor 02, neste ato representado pelo (a) Assessor (a) de Expediente de Registro de Preço, Sr.(a) e as empresas qualificadas no Anexo Único desta Ata, resolvem **Registrar de preços visando a futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO, COMPREENDENDO O DIAGNÓSTICO, A EXECUÇÃO DOS REPAROS NECESSÁRIOS, FORNECIMENTO E A SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES E ACESSÓRIOS DEFEITUOSOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 14.926/2023 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. **Registro de preços visando a futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO, COMPREENDENDO O DIAGNÓSTICO, A EXECUÇÃO DOS REPAROS NECESSÁRIOS, FORNECIMENTO E A SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES E ACESSÓRIOS DEFEITUOSOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência (ANEXO I do edital).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no **(ANEXO I)** deste instrumento.

3. ORGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA elaborado pelas Secretarias solicitantes, partes integrantes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/PMJ/2026**.

4. DA ADESÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

4.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

4.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4.2. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

4.3. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

4.3.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

5.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

5.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços.

5.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

5.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

5.5. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

6.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

6.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21

6.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

6.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

6.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

6.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

6.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

6.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

6.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

6.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

6.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. DO PRAZO

7.1.1. O prazo total para a conclusão integral do serviço é contado a partir do envio da ordem de serviço e compreende duas fases distintas, conforme o fluxo abaixo:

7.1.2. Prazo de Execução (1ª etapa): Até 5 dias úteis para a realização completa da primeira etapa (serviços de mão de obra básica listados na Forma de Execução), incluindo o Diagnóstico Técnico Final.

7.1.3. Prazo para Elaboração de Orçamento: Em até 2 (dois) dias úteis após a conclusão da Fase 1, será elaborado e enviado ao responsável pela SEMED um orçamento detalhado contendo a relação de peças e acessórios necessários (conforme Etapa 2 da Forma de Execução), com valores discriminados.

7.1.4. Prazo para Aprovação pela SEMED: A contar do recebimento do orçamento pela SEMED, fica estabelecido um prazo de até 5 (cinco) dias úteis para análise, eventuais questionamentos e aprovação formal (ou emissão de autorização de serviço/empenho).

7.1.5. Observação para a 1ª etapa: A liberação para início da Fase 2 está condicionada à aprovação formal e por escrito do orçamento pela SEMED.

7.1.6. Prazo para Aquisição/Disponibilização de Peças (2ª etapa): Até 5 (cinco) dias úteis após a aprovação formal do orçamento pela SEMED, todas as peças e componentes aprovados deverão ser disponibilizados no local para a execução.

7.1.7. Prazo de Execução (substituição de peças): Até 2 (dois) dias úteis após a disponibilização das peças no local, serão executados todos os serviços de substituição e reparos complementares descritos na Etapa 2 da Forma de Execução.

7.2. PRAZO TOTAL ESTIMADO (abrangendo ambas as etapas):

7.2.1. O prazo máximo estimado para a conclusão total do serviço, considerando a sequência acima sem intercorrências, é de aproximadamente **19 (dezenove) dias úteis**, distribuídos da seguinte forma:

- Etapa 1 (Diagnóstico à Aprovação): **Até 12 dias úteis (5 execução + 2 orçamento + 5 análise e aprovação).**
- Etapa 2 (Peças à Finalização): **Até 7 dias úteis (5 aquisição + 2 execução).**

7.2.2. Os prazos estabelecidos anteriormente poderão ser prorrogados por uma única vez, a pedido da CONTRATADA, desde que atendidas cumulativamente as seguintes condições:

7.2.3. A solicitação de prorrogação seja formalizada por escrito à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 02 dias à data do vencimento do prazo em curso.

7.2.4. A solicitação seja acompanhada de justificativa técnica ou administrativa circunstanciada e devidamente comprovada que impossibilite o cumprimento do prazo original (ex.: atraso justificado de fornecedor para componente especial, necessidade de fabricação sob medida, impedimento de força maior).

7.2.5. A prorrogação seja expressamente aceita e autorizada por escrito pela CONTRATANTE.

7.2.6. A nova data estabelecida será considerada como prazo final vinculante para a etapa em questão.

7.3. FORMA DE ENTREGA

7.3.1. A entrega do serviço se dá mediante a conclusão integral das etapas acordadas, caracterizada por:

7.3.2. Execução completa dos serviços constantes do diagnóstico e orçamento aprovado.

7.3.3. Remoção de todos os resíduos e limpeza final da área de trabalho.

7.3.4. Emissão e entrega da nota fiscal do serviço executado e, quando aplicável, das peças fornecidas.

7.3.5. O serviço é considerado entregue e finalizado com a conferência e aceitação formal pela CONTRATADA.

7.4. DOS ENDEREÇOS

7.4.1. Segue todos os endereços nos quais poderão ser solicitados os serviços.

ZONA URBANA

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Aldemir Lima Cantanhede	Rua Mamoré, 1502, Setor 01-A, Jaru-RO;
Abrão Rocha	Rua Marechal Rondon, 2258, Setor 04, Jaru/RO.
Professora Beatriz Mireya	Rua Osvaldo Cruz, 2675, setor 04, Jaru-RO
Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;
Maria de Lourdes e Silva	Rua Raimundo Barreto, 863, Setor 07, Jaru-RO;
Menézio De Victor	Rua Jean C. Muniz, 4029, Jardim dos Estados
Professora Elza Maria Fabris	Rua Airton Sena, s/nº, Jardim dos Estados
Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08, Jaru/RO
Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1253, setor 02, Jaru/RO
Professora Zenir Carvalho	Rua Goiás, 840, Setor 07, Jaru-RO;
Tânia Barreto	Rio Grande do Norte, nº 2552 Setor 01, Jaru/RO
Gabriel Balmant Neves	Rua Onofre de Oliveira, Setor 06, Jaru/RO
Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Sergipe, Quadra 10 Lote 04 Bloco C, Setor 02, Jaru/RO
Escola Primavera	Rua Magnolia 2536, quadra 4 lote 01 Residencial Primavera, Setor 8, Jaru/RO.

ZONA RURAL

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Centro Educacional Bom Jesus	Linha 610, Km 40, Distrito de Bom Jesus, Jaru- Ro
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438, Linha 619, KM 01, Jaru/RO
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO

DISTRITO DE TARILANDIA E JARU UARU

ESCOLAS	ENDEREÇOS
D' - Uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru-Uaru
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilândia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)

Distancia das Unidades Escolares da Zona Rural, Distrito de Tarilandia e Jaru Uaru.

Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
Centro Educacional Bom Jesus	Linha 610, Km 40, Distrito de Bom Jesus, Jaru- Ro	34,8 km (40 minutos)
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438, Linha 619, KM 01, Jaru/RO	14 km (18 minutos)
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO	30,4 km (45 minutos)
D'-uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru-Uaru	104 km (1h e 45 minutos)
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilandia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)	71,8 km (1h e 4 minutos)

7.5. DO RECEBIMENTO

7.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de até 10 dias úteis**, pelo servidor responsável, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.3. Para efeito de recebimento provisório, os servidor responsável irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto.

7.5.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados,

cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5.6. Os serviços serão recebidos definitivamente, pela comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, mediante Termo de Recebimento, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, que deverá ser de **até 08 (oito) dias após o atesto do recebimento provisório**.

7.5.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.5.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.6. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.6.1. O material fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação esta perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

7.6.2. Os serviços deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

7.7. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO

7.7.1. Etapa De Serviços Inclusos (1ª Etapa)

7.7.1.1. Esta fase abrange todos os serviços necessários para restabelecer o funcionamento ideal do produto, sem custos adicionais de mão de obra, e inclui, mas não se limita a:

7.7.1.2. Ajustes e Regulagem de Precisão: Nivelamento de portas de vidro, regulagem de molas hidráulicas (piso ou aérea), ajuste de braços de maxim-ar, se for o caso e alinhamento de folhas de correr para garantir fechamento perfeito.

7.7.1.3. Lubrificação Técnica: Aplicação de lubrificantes adequados e técnicos em roldanas, trincos, fechaduras e dobradiças para eliminação de ruídos, travamentos e garantia de suavidade na movimentação.

7.7.1.4. Limpeza Técnica de Trilhos e Perfis: Remoção profunda de sujeira, poeira, detritos e oxidação nos trilhos superiores e inferiores, essenciais para o deslize de portas e janelas de correr.

7.7.1.5. Reaperto e Fixação: Reaperto de parafusos, pivôs, ferragens e conexões estruturais em alumínio/inox para garantir a fixação segura do vidro.

7.7.1.6. Verificação e Ajuste de Vedações: Inspeção e reposicionamento de borrachas ou escovinhas de vedação existentes (sem substituição de material novo nesta etapa) para vedar infiltrações de água e ruídos.

7.7.1.7. Ajuste Fino Estrutural: Correção de folgas, alinhamento da folha em relação ao marco, regulagem da pressão de fechamento e correção de desnivelamentos técnicos.

7.7.1.8. Diagnóstico Técnico e Orçamento: Análise profissional para identificação de falhas e necessidade de substituição de peças e elaboração de orçamento para fins de aprovação.

7.7.1.9. Limpeza Final: Remoção de resíduos provenientes da reparação, deixando o local em perfeitas condições de uso

7.7.2. Fornecimento de Peças e Acessórios (2ª etapa)

7.7.2.1. Após a conclusão do diagnóstico técnico, caso seja verificada a necessidade de substituição de itens, procede-se com o fornecimento e instalação dos componentes necessários para o reparo completo, sendo estes cobrados à parte (conforme orçamento previamente aprovado pela contratante). Esta etapa abrange, mas não se limita a:

7.7.2.2. Ferragens: Fechaduras, trincos, puxadores, dobradiças, pivôs, roldanas, trilhos, motores (automatização) e mecanismos de abertura/fechamento.

7.7.2.3. Vedação: Perfis de borracha (gaxetas), selantes (silicone, poliuretano), calços e fitas vedantes.

7.7.2.4. Componentes Estruturais: Peças de fixação, parafusos, rebites e elementos de ligação específicos.

7.7.2.5. Sistemas de Segurança: Peças de travamento, câmeras de encaixe e dispositivos de folga limitada, se necessário.

7.7.3. Diretrizes de execução

7.7.3.1. Qualidade: Todos os serviços serão executados por técnicos especializados, seguindo normas técnicas aplicáveis.

7.7.3.2. Segurança: Utilização de EPIs adequados para o trabalho com vidro e alumínio.

7.7.3.3. Limpeza: Os locais de trabalho serão mantidos organizados e limpos durante e após a execução dos serviços

7.8. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

7.8.1. A presente contratação tem caráter de **demanda sob demanda** (on call), sendo os serviços executados mediante solicitação formal, a partir da ocorrência de uma avaria. A empresa contratada deverá:

7.8.2. Manter equipe técnica disponível para atendimento dentro do prazo de resposta acordado.

7.8.3. Apresentar orçamento prévio (para peças e acessórios) após a avaliação técnica, quando aplicável.

7.8.4. Executar o serviço conforme as normas técnicas pertinentes (ABNT/NBR) e boas práticas do mercado.

7.8.5. Garantir os serviços executados e os componentes fornecidos no prazo estabelecido.

7.8.6. Fornecer relatório técnico de cada atendimento, contendo descrição da falha, peças substituídas e serviços realizados.

7.9. RESULTADO ESPERADO

7.9.1. Restauração completa da funcionalidade da porta ou janela de vidro, garantindo:

7.9.2. Operação suave, segura e sem ruídos aberrantes.

7.9.3. Vedação adequada contra intempéries, infiltrações e ruídos.

7.9.4. Segurança estrutural e operacional.

7.9.5. Estandarização e desempenho conforme suas especificações originais de projeto.

7.10. DO PROCEDIMENTO DE MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO DE PEÇAS (ITEM 04)

7.10.1. O fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços corretivos ocorrerá sob demanda técnica, vinculando-se estritamente ao **Item 04** do Lote Único, respeitado o teto orçamentário estabelecido no subitem 2.1 do Termo de Referência.

7.10.2. Constatada a necessidade de substituição de componentes na vistoria inicial (Fase 1), a CONTRATADA apresentará à fiscalização da SEMED orçamento detalhado contendo a discriminação, marca, modelo e preço bruto de mercado de cada item.

7.10.3. Para fins de validação do preço bruto apresentado pela CONTRATADA, a fiscalização da SEMED utilizará como parâmetro de mercado, prioritariamente, os valores constantes no Painel de Preços do Governo Federal, tabelas de sistemas oficiais de referência ou, na ausência destes, a média de 03 (três) cotações vigentes junto a fornecedores do ramo ou sites especializados.

7.10.4. A aprovação do orçamento pela fiscalização da SEMED fica condicionada à aplicação compulsória do percentual de desconto adjudicado no Pregão Eletrônico sobre o valor bruto das peças, convertendo-o no preço final de contratação do Item 04.

7.10.5. Após a aprovação formal do orçamento e a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho vinculada ao saldo do Item 04, a CONTRATADA executará os serviços de instalação das peças.

7.10.6. Para fins de liquidação e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, em conjunto:

- a) A Nota Fiscal de Serviços (referente aos Itens 01, 02 ou 03);
- b) A Nota Fiscal de Fornecimento de Materiais (referente ao Item 04), contendo os valores líquidos com o desconto da licitação aplicado;
- c) Cópia da Ordem de Serviço e do orçamento prévio aprovados pela fiscalização.

7.10.7. Os valores faturados na Nota Fiscal de Materiais deverão corresponder exatamente ao orçamento previamente aprovado, não sendo admitidas divergências de itens, marcas, quantidades ou valores superiores. Em caso de discrepância, o pagamento da medição e do respectivo faturamento apresentado ficará suspenso até a regularização, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

7.10.8. Fica expressamente vedada a inclusão de qualquer margem de lucro, taxa de administração, BDI (Benefício e Despesas Indiretas) ou remuneração adicional sobre o preço final líquido (já deduzido o desconto adjudicado) do Item 04, constituindo este o valor teto e definitivo para fins de faturamento e pagamento das peças utilizadas, não cabendo complementação posterior.

7.10.9. Ambos os documentos fiscais (serviço e material) deverão ser apresentados em conjunto para que se proceda ao pagamento unificado, observado o prazo previsto no subitem 8.3, contado a partir do protocolo da documentação completa, regular e atestada pela fiscalização.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, conforme estatui o art. 3º, **inciso V**, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

8.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

8.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do art. 15 do decreto municipal nº 14.926/2023;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29.

§ 4º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.4. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

9. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA

10.1. Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 11.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

12. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

12.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

12.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

12.4. Efetuar o pagamento à (s) contratada (s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

12.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13. DO CADASTRO RESERVA

13.1. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos no § 2º, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal nº 14.926.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

14.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

14.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 14.926, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

14.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do SRP digital, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Gerência Sistema de Registro de Preços.

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

(Representante / Nome / CNPJ)
Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO IV
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/PMJ/2026
TERMO DE COMPROMISSO
(Em Papel Timbrado da Empresa)

AO

PREGOEIRO (a) e EQUIPE DE APOIO,

Pelo presente, a empresa **x (razão social) x**, inscrita no CNPJ/MF nº **x (nº) x**, com sede administrativa na **x (endereço completo) x**, neste ato representado por **x (nome completo) x**, CPF nº **x (nº) x**, propomo-nos a entregar/executar o **x (objeto resumido) x** de que trata o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/PMJ/2026**, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os Quantitativos especificados no Edital e seus Anexos.

DECLARAMOS, sob as penas da LEI:

FATO SUPERVENIENTE

a) Que até a presente data, não existe **FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS** para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

ACEITAÇÃO DO EDITAL

b) Que examinamos o Edital e seus Anexos e **ACEITAMOS** todas as condições e exigências, em todas as fases da licitação.

FIRMAR CONTRATOS DELA ORIUNDOS

c) Que concordamos em **FIRMAR CONTRATOS** dela oriundos do objeto da licitação pelo (s) preços ofertados mantendotodas as condições.

EMPREGABILIDADE DE MENOR

d) Que não utilizamos em nosso funcional a mão-de-obra de **MENORES DE IDADE**, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 9.854/99.

RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

e) Que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto em lei e demais normativas aplicáveis.

DA CONCESSÃO DE USO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS

f) Que a empresa concorda com a publicação de todos os documentos enviados para habilitação no portal da transparência do município, sem quaisquer tarjas, rasuras e/ou métodos que impossibilitem a verificação do conteúdo dos referidos documentos, para que seja mantida a transparência das contratações do município de Jaru/RO.

EMPREGABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO

d) Que não existe, em nosso quadro de empregados, **SERVIDORES PÚBLICOS** exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

GRAU DE PARENTESCO

h) Que não possuo parentesco **consanguíneo** ou afim, **até 3º grau**, com quaisquer pessoas ligadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU.

AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

i) Que os documentos contidos na habilitação são **AUTÊNTICOS**.

ENCARGOS, TRIBUTOS E DESPESAS INERENTES AO OBJETO

j) Que todos os **ENCARGOS**, despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas estão inclusos no preço ofertado.

INVOLABILIDADE DAS EMBALAGENS E PRAZOS DE VALIDADES

k) Que as mercadorias serão entregues em **EMBALAGENS ORIGINAIS** e dentro do **PRAZO DE VALIDADE** de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de entrega, se outro não estiver especificado.

DA GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA

l) Que a empresa prestará garantia legal, no Estado de Rondônia, nos termos do Código do Consumidor, inclusive quanto à troca de produto e prestará a assistência técnica necessária e cabível ao objeto, sem custos adicionais.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino o presente.

Local e data: de de 2026

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP

A LICITANTE/DETENTORA DA ATA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

Em, / /2026

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

**ANEXO VI
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO**

(nome da pessoa física/jurídica) _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).

_____, portador(a) do CPF n. _____, considerando o disposto no art. 7, inciso III, art. 14 inciso IV da Lei 14.133/21.

DECLARA, para todos os efeitos legais que:

1. não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge (s) ou companheiro (s) de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

b) cônjuge (s), companheiro (s) ou tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Executivo, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório.

2. está ciente da vedação:

a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, ou com servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou diretores vinculados ao CONTRATANTE.

3. são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

Local e data: **de** **de 2026**

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

ANEXO VII**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU****MINUTA DE CONTRATO /GP/2026****Processo Administrativo nº /2026**

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARU/RO E A EMPRESA .

De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 04.279.238/0001-59, situada à Rua Raimundo Cantanhede nº 1080 setor 02, na cidade de Jaru, Estado de Rondônia, neste ato representada pelo Secretário (a) , **Sr Decreto nº** , matrícula nº , residente e domiciliada na cidade de Jaru/RO, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa , CNPJ/MF , situada à Rua , nº , Bairro , na cidade de , Estado de , denominada **CONTRATADA**, representada por NOME e função, conforme , em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº /PMJ/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O presente contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (NÃO PROGRAMADA) EM PORTAS E JANELAS DE VIDRO, COMPREENDENDO O DIAGNÓSTICO, A EXECUÇÃO DOS REPAROS NECESSÁRIOS, FORNECIMENTO E A SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES E ACESSÓRIOS DEFEITUOSOS**, para atender Secretaria Municipal Educação - SEMED, da Prefeitura Municipal de Jaru/RO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Item	Descrição	Unid. Med.	Qtde	Valor Total

1.2.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1.O Termo de Referência;

1.2.2.O Edital da Licitação;

1.2.3.A Proposta do contratado;

1.2.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. O presente Contrato encontra-se consubstanciado na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, Edital de Pregão Eletrônico nº /PMJ/2026, nos termos da proposta constante no Processo Administrativo nº 1- /PMJ/2026, Processo Filhote nº /PMJ/2026 e que não contrariem o interesse público nos casos omissos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA ASSINATURA DO CONTRATO

3.1. A CONTRATADA, com base no art.90 caput da Lei nº 14.133/23, tem prazo de 24 (vinte e quatro) horas para assinar o contrato, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções administrativas previstas na mesma lei.

3.2. Caso a CONTRATADA dependa da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverá fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

3.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à CONTRATANTE, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da CONTRATADA dentro do prazo estabelecido no item 3.1.

3.4.Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

3.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

4.1.1. Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos;

4.1.2. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

4.1.3. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidos por força de lei, ligados ao cumprimento da presente licitação;

4.1.4. Orientar tecnicamente os responsáveis pela execução dos serviços, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

4.1.5. Atender prontamente às solicitações do contratante acerca dos serviços contratados e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

4.1.6. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;

4.1.7. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive tributos e quaisquer outras que forem devidas;

4.1.8. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

4.1.9. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

4.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

4.1.11. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

4.1.12. Indicar e-mail e número de Whatsapp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.

4.1.13. Responsabilizar-se pelo fornecimento da prestação de serviço da licitação, atendendo os requisitos e observando às normas constantes do Edital;

4.1.14. Cumprir os prazos estipulados na Ata de Registro de Preços e as especificações da prestação de serviço da licitação;

4.1.15. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, a prestação de serviço da Ata de Registro de Preços, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e da garantia;

4.1.16. Realizar a prestação de serviço dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade da prestação de serviço fornecida, segundo as exigências legais;

4.1.17. Responsabilizar-se pelos eventuais prejuízos causados ao município de Jaru ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

4.1.18. Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento da prestação de serviço;

4.1.19. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento da prestação de serviço, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE;

4.1.20. Sujeita-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela execução de qualquer serviço;

4.1.21. Indicar, formalmente, preposto, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, aceito pela Secretaria solicitante, para representar a licitante vencedora, sempre que for necessário, o qual tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos da Ata de Registro de Preços;

4.1.22. A Empresa deverá assumir todas as despesas relativas à execução dos serviços na área de pessoal e quaisquer outras oriundas, ficando ainda para todos os efeitos legais, declarados pelo contratado a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

4.1.23. Apresentar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes às prestações de serviços da contratação das Secretarias solicitantes;

4.1.24. Fica PROIBIDO a terceirização, locação e sublocação ou subcontratação dos serviços.

4.1.25. A CONTRATADA é obrigada a cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições deste Termo de Referência, de forma a garantir a qualidade dos serviços a serem executados.

4.1.26. A CONTRATADA é obrigada a assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas à prestação dos serviços e de seus empregados.

4.1.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.28. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles;

4.1.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.1.30. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

4.1.30.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

4.1.31. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.1.32. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.1.33. Permitir o livre acesso da CONTRATANTE a qualquer momento, durante a execução do objeto deste contrato;

4.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

4.2.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos serviços;

4.2.2. Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada da Ata de Registro de Preços;

4.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços a ser firmada;

4.2.4. Comunicar imediatamente ao Fornecedor Registrado quaisquer irregularidades no serviço executado para que seja providenciada a regularização no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas do recebimento da comunicação;

4.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;

4.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;

4.2.7. Aplicar à Contratada as penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, quando for o caso.

4.2.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.2.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme o Art. 123, parágrafo único da lei nº 14.133/2021.

4.2.8.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme o Art. 123, parágrafo único da lei nº 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA OU CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. FORMA DE ENTREGA

5.1.1. A entrega do serviço se dá mediante a conclusão integral das etapas acordadas, caracterizada por:

5.1.2. Execução completa dos serviços constantes do diagnóstico e orçamento aprovado.

5.1.3. Remoção de todos os resíduos e limpeza final da área de trabalho.

5.1.4. Emissão e entrega da nota fiscal do serviço executado e, quando aplicável, das peças fornecidas.

5.1.5. O serviço é considerado entregue e finalizado com a conferência e aceitação formal pela CONTRATADA.

5.2. DOS ENDEREÇOS

5.2.1. Segue todos os endereços nos quais poderão ser solicitados os serviços.

ZONA URBANA

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Aldemir Lima Cantanhede	Rua Mamoré, 1502, Setor 01-A, Jaru-RO;
Abrão Rocha	Rua Marechal Rondon, 2258, Setor 04, Jaru/RO.
Professora Beatriz Mireya	Rua Osvaldo Cruz, 2675, setor 04, Jaru-RO
Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;
Maria de Lourdes e Silva	Rua Raimundo Barreto, 863, Setor 07, Jaru-RO;
Menézio De Victor	Rua Jean C. Muniz, 4029, Jardim dos Estados
Professora Elza Maria Fabris	Rua Airton Sena, s/nº, Jardim dos Estados
Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08, Jaru/RO
Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1253, setor 02, Jaru/RO
Professora Zenir Carvalho	Rua Goiás, 840, Setor 07, Jaru-RO;
Tânia Barreto	Rio Grande do Norte, nº 2552 Setor 01, Jaru/RO
Gabriel Balmant Neves	Rua Onofre de Oliveira, Setor 06, Jaru/RO
Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Sergipe, Quadra 10 Lote 04 Bloco C, Setor 02, Jaru/RO
Escola Primavera	Rua Magnolia 2536, quadra 4 lote 01 Residencial Primavera, Setor 8, Jaru/RO.

ZONA RURAL

ESCOLAS	ENDEREÇOS
----------------	------------------

Centro Educacional Bom Jesus	Linha 610, Km 40, Distrito de Bom Jesus, Jaru- Ro
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438,Linha 619, KM 01, Jaru/RO
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO

DISTRITO DE TARILANDIA E JARU UARU

ESCOLAS	ENDEREÇOS
D' - Uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru-Uaru
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilândia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)

Distancia das Unidades Escolares da Zona Rural, Distrito de Tarilandia e Jaru Uaru.

Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
Centro Educacional Bom Jesus	Linha 610, Km 40, Distrito de Bom Jesus, Jaru- Ro	34,8 km (40 minutos)
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438,Linha 619, KM 01, Jaru/RO	14 km (18 minutos)
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO	30,4 km (45 minutos)
D'-uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru-Uaru	104 km (1h e 45 minutos)
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilandia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)	71,8 km (1h e 4 minutos)

5.3. PRAZO DE EXECUÇÃO

5.3.1.O prazo total para a conclusão integral do serviço é contado a partir do envio da ordem de serviço e compreende duas fases distintas, conforme o fluxo abaixo:

a)Prazo de Execução (1ª etapa): Até 5 dias úteis para a realização completa da primeira etapa (serviços de mão de obra básica listados na Forma de Execução), incluindo o Diagnóstico Técnico Final.

b)Prazo para Elaboração de Orçamento: Em até 2 (dois) dias úteis após a conclusão da Fase 1, será elaborado e enviado ao responsável pela SEMED um orçamento detalhado contendo a relação de peças e acessórios necessários (conforme Etapa 2 da Forma de Execução), com valores discriminados.

c)Prazo para Aprovação pela SEMED: A contar do recebimento do orçamento pela SEMED, fica estabelecido um prazo de até 5 (cinco) dias úteis para análise, eventuais questionamentos e aprovação formal (ou emissão de autorização de serviço/empenho).

d)Observação para a 1ª etapa: A liberação para início da Fase 2 está condicionada à aprovação formal e por escrito do orçamento pela SEMED.

e)Prazo para Aquisição/Disponibilização de Peças (2ª etapa): Até 5 (cinco) dias úteis após a aprovação formal do orçamento pela SEMED, todas as peças e componentes aprovados deverão ser disponibilizados no local para a execução.

f)Prazo de Execução (substituição de peças): Até 2 (dois) dias úteis após a disponibilização das peças no local, serão executados todos os serviços de substituição e reparos complementares descritos na Etapa 2 da Forma de Execução.

5.4. PRAZO TOTAL ESTIMADO (abrangendo ambas as etapas):

5.4.1.O prazo máximo estimado para a conclusão total do serviço, considerando a sequência acima sem intercorrências, é de aproximadamente **19 (dezenove) dias úteis**, distribuídos da seguinte forma:

a)Etapa 1 (Diagnóstico à Aprovação): **Até 12 dias úteis (5 execução + 2 orçamento + 5 análise e aprovação).**

b)Etapa 2 (Peças à Finalização): **Até 7 dias úteis (5 aquisição + 2 execução).**

5.4.2.Os prazos estabelecidos anteriormente poderão ser prorrogados por uma única vez, a pedido da CONTRATADA, desde que atendidas cumulativamente as seguintes condições:

5.4.3.A solicitação de prorrogação seja formalizada por escrito à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 02 dias à data do vencimento do prazo em curso.

5.4.4.A solicitação seja acompanhada de justificativa técnica ou administrativa circunstanciada e devidamente comprovada que impossibilite o cumprimento do prazo original (ex.: atraso justificado de fornecedor para componente especial, necessidade de fabricação sob medida, impedimento de força maior).

5.4.5.A prorrogação seja expressamente aceita e autorizada por escrito pela CONTRATANTE.

5.4.6.A nova data estabelecida será considerada como prazo final vinculante para a etapa em questão.

5.4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO

5.4.1. Etapa De Serviços Inclusos (1ª Etapa)

I- Esta fase abrange todos os serviços necessários para restabelecer o funcionamento ideal do produto, sem custos adicionais de mão de obra, e inclui, mas não se limita a:

II- Ajustes e Regulagem de Precisão: Nivelamento de portas de vidro, regulagem de molas hidráulicas (piso ou aérea), ajuste de braços de maxim-ar, se for o caso e alinhamento de folhas de correr para garantir fechamento perfeito.

III- Lubrificação Técnica: Aplicação de lubrificantes adequados e técnicos em roldanas, trincos, fechaduras e dobradiças para eliminação de ruídos, travamentos e garantia de suavidade na movimentação.

IV- Limpeza Técnica de Trilhos e Perfis: Remoção profunda de sujeira, poeira, detritos e oxidação nos trilhos superiores e inferiores, essenciais para o deslizamento de portas e janelas de correr.

V- Reaperto e Fixação: Reaperto de parafusos, pivôs, ferragens e conexões estruturais em alumínio/inox para garantir a fixação segura do vidro.

VI- Verificação e Ajuste de Vedações: Inspeção e reposicionamento de borrachas ou escovinhas de vedação existentes (sem substituição de material novo nesta etapa) para vedar infiltrações de água e ruídos.

VII- Ajuste Fino Estrutural: Correção de folgas, alinhamento da folha em relação ao marco, regulagem da pressão de fechamento e correção de desnivelamentos técnicos.

VIII- Diagnóstico Técnico e Orçamento: Análise profissional para identificação de falhas e necessidade de substituição de peças e elaboração de orçamento para fins de aprovação.

IV- Limpeza Final: Remoção de resíduos provenientes da reparação, deixando o local em perfeitas condições de uso

5.4.2. Fornecimento de Peças e Acessórios (2ª etapa)

I- Após a conclusão do diagnóstico técnico, caso seja verificada a necessidade de substituição de itens, procede-se com o fornecimento e instalação dos componentes necessários para o reparo completo, sendo estes cobrados à parte (conforme orçamento previamente aprovado pela contratante). Esta etapa abrange, mas não se limita a:

II- Ferragens: Fechaduras, trincos, puxadores, dobradiças, pivôs, roldanas, trilhos, motores (automatização) e mecanismos de abertura/fechamento.

III- Vedação: Perfis de borracha (gaxetas), selantes (silicone, poliuretano), calços e fitas vedantes.

IV- Componentes Estruturais: Peças de fixação, parafusos, rebites e elementos de ligação específicos.

V- Sistemas de Segurança: Peças de travamento, câmeras de encaixe e dispositivos de folga limitada, se necessário.

5.4.3. Diretrizes de execução

I- Qualidade: Todos os serviços serão executados por técnicos especializados, seguindo normas técnicas aplicáveis.

II- Segurança: Utilização de EPIs adequados para o trabalho com vidro e alumínio.

III- Limpeza: Os locais de trabalho serão mantidos organizados e limpos durante e após a execução dos serviços

5.5. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

5.5.1.A presente contratação tem caráter de **demandas sob demanda** (on call), sendo os serviços executados mediante solicitação formal, a partir da ocorrência de uma avaria. A empresa contratada deverá:

a) Manter equipe técnica disponível para atendimento dentro do prazo de resposta acordado.

b) Apresentar orçamento prévio (para peças e acessórios) após a avaliação técnica, quando aplicável.

- c) Executar o serviço conforme as normas técnicas pertinentes (ABNT/NBR) e boas práticas do mercado.
- d) Garantir os serviços executados e os componentes fornecidos no prazo estabelecido.
- e) Fornecer relatório técnico de cada atendimento, contendo descrição da falha, peças substituídas e serviços realizados.

5.6. RESULTADO ESPERADO

5.6.1. Restauração completa da funcionalidade da porta ou janela de vidro, garantindo:

- a) Operação suave, segura e sem ruídos aberrantes.
- b) Vedação adequada contra intempéries, infiltrações e ruídos.
- c) Segurança estrutural e operacional.
- d) Estanqueidade e desempenho conforme suas especificações originais de projeto.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato serão exercidos por meio de um ou mais fiscais do contrato, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021, atendendo o que dispõe o § 1º, § 2º e § 3º da referida lei.

6.2. Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução do serviço, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

6.3. Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do fiscal ou do substituto inerentes ao objeto deste contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE.

6.4. A atividade de acompanhamento e fiscalização pela CONTRATANTE não implicará qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação à execução do contrato, inclusive perante terceiros, respondendo, ainda, por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato.

6.5. A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

6.6. A execução do objeto, deverá estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa do mesmo, bem como o seu devido refazimento e/ou adequação/substituição, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

6.7. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, diante das informações prestadas pelo fiscal, consoante disposto no § 2º, do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREPOSTO

7.1. A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do contrato, preposto para representá-la perante o fiscal.

7.2. O representante da CONTRATADA será credenciado em Carta de Preposto que será encaminhada ao gestor/fiscal do Contrato em até 05 (cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato, com indicação da qualidade e qualificação pessoal e profissional.

7.3. O setor ou o gestor/fiscal podem, motivadamente, recusar o preposto ou em aceitando, podem a qualquer tempo requerer a substituição, apresentando as razões de fato ao chefe imediato que expedirá notificação à CONTRATADA.

7.4. Compete ao preposto facilitar ao fiscal o acesso a informações, materiais, metodologias e documentos relacionados à execução contratual. Também é encargo fundamental a resolução em prazo razoável, dos incidentes apontados pelos serviços de fiscalização.

7.5. As comunicações entre o fiscal e o preposto podem ser realizadas também por meio eletrônico.

8. CLÁUSULA OITÁVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.8. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9. CLÁUSULA NONA - DO VALOR, LIQUIDAÇÃO DA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O valor do presente contrato será o determinado no processo filhote, conforme solicitação de compra e pedido de empenho, de acordo com a demanda do órgão gestor responsável.

9.2. DA LIQUIDAÇÃO

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.3.1. O pagamento será através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

9.3.2. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

9.3.3. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

9.3.4. A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

9.3.5. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

9.3.6. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

9.3.7. Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

9.3.8. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

9.3.9. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

9.3.10. A Nota Fiscal deverá ser emitida com a descrição do nome da unidade gestora e número de CNPJ constante na Nota de Empenho.

9.4. DO PROCEDIMENTO DE MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO DE PEÇAS (ITEM 04)

9.4.1. O fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços corretivos ocorrerá sob demanda técnica, vinculando-se estritamente ao **Item 04** do Lote Único, respeitado o teto orçamentário estabelecido no subitem 2.1 do Termo de Referência.

9.4.2. Constatada a necessidade de substituição de componentes na vistoria inicial (Fase 1), a CONTRATADA apresentará à fiscalização da SEMED orçamento detalhado contendo a discriminação, marca, modelo e preço bruto de mercado de cada item.

9.4.3. Para fins de validação do preço bruto apresentado pela CONTRATADA, a fiscalização da SEMED utilizará como parâmetro de mercado, prioritariamente, os valores constantes no Painel de Preços do Governo Federal, tabelas de

sistemas oficiais de referência ou, na ausência destes, a média de 03 (três) cotações vigentes junto a fornecedores do ramo ou sites especializados.

9.4.4. A aprovação do orçamento pela fiscalização da SEMED fica condicionada à aplicação compulsória do percentual de desconto adjudicado no Pregão Eletrônico sobre o valor bruto das peças, convertendo-o no preço final de contratação do Item 04.

9.4.5. Após a aprovação formal do orçamento e a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho vinculada ao saldo do Item 04, a CONTRATADA executará os serviços de instalação das peças.

9.4.6. Para fins de liquidação e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, em conjunto:

- a) A Nota Fiscal de Serviços (referente aos Itens 01, 02 ou 03);
- b) A Nota Fiscal de Fornecimento de Materiais (referente ao Item 04), contendo os valores líquidos com o desconto da licitação aplicado;
- c) Cópia da Ordem de Serviço e do orçamento prévio aprovados pela fiscalização.

9.4.7. Os valores faturados na Nota Fiscal de Materiais deverão corresponder exatamente ao orçamento previamente aprovado, não sendo admitidas divergências de itens, marcas, quantidades ou valores superiores. Em caso de discrepância, o pagamento da medição e do respectivo faturamento apresentado ficará suspenso até a regularização, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

9.4.8. Fica expressamente vedada a inclusão de qualquer margem de lucro, taxa de administração, BDI (Benefício e Despesas Indiretas) ou remuneração adicional sobre o preço final líquido (já deduzido o desconto adjudicado) do Item 04, constituindo este o valor teto e definitivo para fins de faturamento e pagamento das peças utilizadas, não cabendo complementação posterior.

9.4.9. Ambos os documentos fiscais (serviço e material) deverão ser apresentados em conjunto para que se proceda ao pagamento unificado, observado o prazo previsto no subitem 8.3, contado a partir do protocolo da documentação completa, regular e atestada pela fiscalização.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas correrão conforme as dotações orçamentárias a serem indicadas nos respectivos processos filhotes.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente contrato, em hipótese alguma, poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência no todo ou em parte.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

- 12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 13.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

12.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.10 presente contrato terá sua vigência adstrito ao crédito orçamentário, ou seja, até 31 de dezembro de 2026.

13.2. Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do contrato ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

13.3. As eventuais prorrogações deverão ser instrumentalizadas e coordenadas pela Assessoria Técnica de Contratos da Prefeitura de Jaru/RO, incluindo o controle dos prazos, conforme dispõe o art. 11, inciso A da lei nº 3.403, de 19 de dezembro de 2022.

13.4. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. A inexecução total ou parcial, pela CONTRATADA, das obrigações estabelecidas no presente contrato enseja a sua rescisão, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de promover contratações para a entrega dos materiais sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

14.2. Além de sua inexecução total ou parcial, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

- a) O cumprimento irregular das cláusulas contratuais, inclusive o atraso em relação aos prazos estabelecidos;
- b) O atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto deste contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- c) A decretação de falência da empresa ou a instauração de insolvência civil;
- d) A dissolução da sociedade ou falecimento dos sócios da CONTRATADA;
- e) Razões de interesse público, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATADA;
- f) Ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução deste contrato, regularmente comprovada nos autos.

14.3. A rescisão do presente contrato também poderá ocorrer conforme o art. 138 da lei 14.133/21 nos seguintes casos:

- a) Determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Constituem motivos para rescisão os previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

14.7. Os motivos e a disciplina de rescisão especificada nesta cláusula não afastam a incidência dos artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/21, que serão aplicáveis em sua inteireza ao presente contrato.

14.8. Na hipótese de rescisão serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

15.1. Só será concedido o reajuste depois de transcorrido o interstício mínimo de 12 (doze) meses.

I - A periodicidade para efeito de reajuste de preços será contada a partir da data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos;

II - Em caso de novo reajustamento, a periodicidade será contada a partir da data do último reajuste concedido;

III - São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que na apuração de índices de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste com periodicidade inferior à anual.

15.2. O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado da contratação.

15.3. A formalização da solicitação de reajuste deve conter os seguintes documentos:

I - Pedido inicial firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato/ata de registro de preços;

II - Planilha proposta aberta contemplando detalhadamente os valores solicitados;

III - Certidões atualizadas de regularidade do FGTS e perante a Seguridade Social e as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

15.4. Na análise do pedido de reajuste devem ser consideradas e mantidas todas as condições referentes às majorações e/ou descontos ofertados em processos de reequilíbrio, já concedido.

15.5. Na ocasião da análise do pedido de reajuste, a Administração Pública deve reavaliar os custos previstos na planilha contratada, de modo a contemplar as variações específicas do objeto tais como: amortização, depreciação e exaustão.

I - A análise do reajuste deve ser feita considerando as hipóteses em que haja deságio em razão da amortização de despesas não renováveis ou pela depreciação do objeto do contrato, a exemplo de locação de veículos e equipamentos.

II - Nas hipóteses de amortização/depreciação referenciadas no inciso anterior devem ser elaboradas planilhas comparativas de preços contendo o valor do bem já utilizado e o valor de um novo, a partir de pesquisa de mercado com vistas a obter o preço justo a ser adimplido pelo município.

15.6. Na análise do reajuste de preços, deve atentar-se especialmente para as seguintes situações no cumprimento do objeto contratual:

I - Quando houver antecipação do prazo para conclusão do objeto contratual, prevalece o índice vigente na data em que for concluído o objeto;

II - Quando houver prorrogação do prazo para conclusão do objeto contratual, prevalece o índice vigente no mês previsto inicialmente para cumprimento do objeto;

III - Quando houver atraso no cumprimento do objeto por culpa da contratada:

a) Prevalece o índice vigente na data inicialmente prevista na hipótese de aumento do mesmo; e

b) Prevalece o índice vigente na data do efetivo cumprimento do objeto na hipótese de diminuição do mesmo;

IV - Quando houver atraso por culpa da contratante, aplica-se o índice vigente na data em que for realizado o objeto.

15.7. Na hipótese de vir a ocorrer o decurso de prazo superior a um ano entre a data da apresentação da proposta vencedora da licitação e a assinatura do respectivo instrumento contratual, o procedimento de reajustamento aplicável consiste em:

I - Firmar o contrato com os valores originais da proposta; e

II - Celebrar o primeiro termo de apostilamento, antes do início da execução contratual, reajustando os preços de acordo com a variação do índice previsto no edital.

15.8. Os reajustes que a CONTRATADA fizer jus deverão ser expressamente requeridos antes do fim da vigência contratual ou da prorrogação do prazo de vigência contratual, sob pena de preclusão.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

16.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no art. 124 da Lei nº 14.133/21, desde que devidamente justificado e comprovado.

16.2. DA REVISÃO

16.2.1. A REVISÃO poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

16.2.2. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento;

16.2.3. Para processar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser observados os seguintes procedimentos:
I - Pedido de revisão firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato, justificado técnica e juridicamente, informando a fundamentação normativa e contratual que o autoriza, devendo ser instruído com os seguintes documentos:

- a) relatório que demonstre a variação extraordinária ocorrida após a data da apresentação da proposta de preços contratados no âmbito da licitação, e do nexo de causalidade entre esta e os impactos gerados na esfera da execução do contrato;
- b) cópia das notas fiscais a fim de comprovar que o material já foi adquirido com preço alcançado pela variação e com a finalidade de execução do contrato;
- c) comprovante de medição realizada com preço a menor que a variação contida na alínea "a", demonstrando que o respectivo serviço ou obra já foi executado;
- d) o pedido de revisão deve explicitar minuciosamente o impacto econômico-financeiro sofrido por cada insumo pleiteado, com suas causas e consequências sobre o contrato, bem como esclarecendo que tal impacto é superior ao índice específico ou setorial previsto no contrato, adicionado ao critério definido na alínea "a";
- e) as empresas requerentes deverão encaminhar suas planilhas em arquivo eletrônico editável.

16.2.4. No caso de deferimento do pedido de revisão, o contratado só fará jus ao valor que exceder o percentual de risco assumido na contratação.

16.2.5. Reconhecendo direito à revisão, decorrente do desequilíbrio contratual, será lavrado Termo de Aditivo, no qual deverá ser especificado o item em relação ao qual foi reconhecido o direito e o percentual de revisão, bem como o valor global atualizado do Contrato.

16.2.6. Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do Contrato;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;
- e) Houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

16.2.7. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se a alíquota prevista na lei respectiva.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de até 10 dias úteis**, pelo servidor responsável, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

17.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

17.3. Para efeito de recebimento provisório, os servidor responsável irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto.

17.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.6. Os serviços serão recebidos definitivamente, pela comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, mediante Termo de Recebimento, assinado pelas partes,

após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, que deverá ser de **até 08 (oito) dias após o atesto do recebimento provisório**.

17.7.No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

17.8.Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

17.9.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

18.CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

18.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

19.CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VINCULAÇÃO

19.1. Fica o presente contrato vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº /PMJ/2025 e a proposta de preços constante no Processo nº 1- /PMJ/2025 e suas partes integrantes, em conformidade com o art. 92, inciso II da Lei nº 14.133/21.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

20.1.Os casos omissos, porventura existentes, serão comunicados ao Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal, que o encaminhará à Assessoria Jurídica do Município para se pronunciar, devendo ser resolvido nos moldes da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos, e que não contrariem o interesse público.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

21.1. As partes elegem o Foro do Município de Jaru (RO), como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outra, por mais que privilegiado que seja.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1.O extrato deste contrato será divulgado em até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura exclusivamente no Diário Oficial do Município de Jaru, acessível em: <https://doe.jaru.ro.gov.br/>, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, e art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas artes e pelas testemunhas, dele sendo extraídas as cópias necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município de Jaru/RO.

Jaru (RO), de de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
CONTRATADA

